



COMUNICADO

Reuters>bcp.ls - Exchange>BCP - Bloomberg>bcp pl
ISIN - PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

28 de fevereiro de 2021

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 31 de dezembro de 2021

Rendibilidade

Resiliência do modelo de negócio; proveitos *core* aumentam; custos operacionais recorrentes reduzem

Capital e Liquidez

Posição de capital adequada; posição de liquidez reforçada

Evolução do negócio e Qualidade do crédito

Recursos com forte dinâmica de crescimento; expansão continuada da carteira de crédito; melhoria generalizada dos indicadores de qualidade do crédito e níveis de cobertura confortáveis

- **Resultado líquido** do Grupo de **138,1 milhões de euros** em 2021, influenciado por encargos de 532,6* milhões de euros associados à carteira de créditos em francos suíços concedidos pela subsidiária na Polónia, por itens específicos de 90,7 milhões de euros (essencialmente custos com o ajustamento do quadro de pessoal) em Portugal e por contribuições obrigatórias para o setor bancário em Portugal de 56,2 milhões de euros. Excluindo os encargos associados à carteira de créditos em francos suíços, o **resultado líquido** do Grupo ascenderia a **404,9 milhões de euros (+56,6%**, face a 2020).
- **Resultado líquido** de **172,8 milhões de euros** em Portugal (**+28,5%** face a 2020).
- O **resultado operacional core**, excluindo os itens específicos, atingiu **1.291,4 milhões de euros**, correspondendo a um **crescimento** de **10,9%**.
- **Rácio de capital total** e **rácio CET1 fully implemented** estimados de **15,8%** e **11,7%**, respetivamente, acima dos requisitos regulamentares.
- **Níveis de liquidez elevados**, muito acima dos requisitos regulamentares. Ativos disponíveis para financiamento junto do BCE de 25,5 mil milhões de euros.
- **Aumento** do **crédito performing** do Grupo em **3,1 mil milhões de euros, +5,9%** face a dezembro de 2020 (**+1,9 mil milhões de euros** em Portugal, **+5,2%**). **Redução** dos **NPE** em **0,5 mil milhões de euros**, mesmo em contexto adverso. **Crescimento** dos **recursos totais de clientes** do Grupo em **7,8 mil milhões de euros**. **Recursos fora de balanço aumentam 4,1%**, para **18,9 milhões de euros**.
- **Custo do risco** de **60 pb** no Grupo e de **69 pb** em Portugal.
- **Crescimento** da base de **Clientes; +571 mil Clientes mobile (+20%)**.

* líq. de impostos e antes de int. que não controlam; inclui provisões para riscos legais, custos com acordos extrajudiciais e assessoria jurídica.

Nota: variação de crédito e recursos em base *pro forma* (exclui, em 2020, os montantes das operações entretanto alienadas).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A., Sociedade Aberta.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 4.725.000.000,00 Euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o número único de matrícula e de identificação fiscal 501525882.
LEI: JU1U6SODG9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço

Telf. +351 211 131 084

investors@millenniumbcp.pt

bernardo.collaco@millenniumbcp.pt

alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns

Telf. +351 211 131 242

Tlm. +351 917 265 020

erik.burns@millenniumbcp.pt

cintia.barbas@millenniumbcp.pt



SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

| | 31 dez. 21 | 31 dez. 20 | Var. 21/20 |
|---|------------|------------|------------|
| BALANÇO | | | |
| Ativo total | 92.905 | 85.715 | 8,4% |
| Situação líquida | 7.062 | 7.386 | -4,4% |
| Crédito a clientes (líquido) | 56.360 | 53.975 | 4,4% |
| Recursos totais de clientes | 90.097 | 84.492 | 6,6% |
| Recursos de clientes de balanço | 71.175 | 64.764 | 9,9% |
| Depósitos e outros recursos de clientes | 69.560 | 63.259 | 10,0% |
| Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (2) | 81,0% | 85,3% | |
| Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço | 79,2% | 83,3% | |
| RESULTADOS | | | |
| Margem financeira | 1.588,6 | 1.531,7 | 3,7% |
| Produto bancário | 2.334,4 | 2.256,7 | 3,4% |
| Custos operacionais | 1.115,6 | 1.090,4 | 2,3% |
| Custos operacionais excluindo itens específicos (3) | 1.024,9 | 1.043,9 | -1,8% |
| Imparidade do crédito (líq. de recuperações) | 348,9 | 509,9 | -31,6% |
| Outras imparidades e provisões | 712,2 | 331,5 | 114,8% |
| Impostos sobre lucros | 203,6 | 132,1 | 54,2% |
| Resultado líquido | 138,1 | 183,0 | -24,6% |
| RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA | | | |
| Produto bancário / Ativo líquido médio (2) | 2,6% | 2,7% | |
| Rendibilidade do ativo médio (ROA) | 0,0% | 0,2% | |
| Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2) | 0,3% | 0,4% | |
| Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) | 2,4% | 3,1% | |
| Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2) | 3,3% | 4,8% | |
| Taxa de margem financeira | 1,93% | 2,00% | |
| Rácio de eficiência <i>core</i> (2) (3) | 44,2% | 47,3% | |
| Rácio de eficiência (2) | 47,8% | 48,3% | |
| Rácio de eficiência (2) (3) | 43,9% | 46,3% | |
| Rácio de eficiência (atividade em Portugal) (2) (3) | 42,6% | 46,2% | |
| Custos com o pessoal / Produto bancário (2) (3) | 24,1% | 25,9% | |
| QUALIDADE DO CRÉDITO | | | |
| Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.) | 60 | 92 | |
| <i>Non-Performing Exposures</i> / Crédito a clientes | 4,7% | 5,9% | |
| Imparidade do crédito (balanço) / NPE | 68,0% | 62,9% | |
| Crédito reestruturado / Crédito a clientes | 4,4% | 4,7% | |
| LIQUIDEZ | | | |
| <i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR) | 269% | 230% | |
| <i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR) | 150% | 140% | |
| CAPITAL (4) | | | |
| Rácio <i>common equity tier I phased-in</i> | 11,7% | 12,2% | |
| Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i> | 11,7% | 12,2% | |
| Rácio total <i>fully implemented</i> | 15,8% | 15,6% | |
| SUCURSAIS | | | |
| Atividade em Portugal | 434 | 478 | -9,2% |
| Atividade internacional | 854 | 902 | -5,3% |
| COLABORADORES | | | |
| Atividade em Portugal | 6.289 | 7.013 | -10,3% |
| Atividade internacional (5) | 9.579 | 10.322 | -7,2% |

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário. Na sequência da venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. à Union Bancaire Privée, UBP S.A. e da venda de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ("SIM"), através da sua subsidiária BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., o contributo destas subsidiárias para o resultado consolidado do Grupo, até à data da sua alienação, encontra-se refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, tendo a informação histórica sido reexpressa por forma a assegurar a sua comparabilidade, conforme previsto na IFRS 5. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. e da SIM nos períodos históricos não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras anteriormente publicadas. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos saldos de balanço destas operações no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos das referidas subsidiárias terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros no período em curso e na informação histórica apresentada. As mais-valias geradas com a venda de ambas as operações também se encontram reconhecidas como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Exclui itens específicos: impacto negativo de 90,7 milhões de euros em 2021, integralmente reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal, maioritariamente relacionados com a constituição de uma provisão para fazer face aos custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal, identificado no âmbito do plano estratégico Mobilizar 2018/2021, no montante de 84,2 milhões de euros. Em 2020, o impacto também foi negativo, no montante de 46,5 milhões de euros, dos quais 31,6 milhões de euros foram reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal (custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal, custos com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração dos colaboradores do Banco, e proveitos decorrentes do acordo celebrado com um ex-administrador do Banco) e 14,8 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (9,3 milhões de euros como custos com o pessoal, 5,0 milhões de euros como outros gastos administrativos e 0,5 milhões de euros como amortizações do exercício). No cálculo dos indicadores de eficiência não estão também a ser considerados os itens específicos relevados no produto bancário, no montante de 0,2 milhões de euros, reconhecidos pela subsidiária polaca, em 2020, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

(4) Os rácios de capital com referência a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos. Os rácios apurados para 31 de dezembro de 2021 correspondem a valores estimados, não auditados.

(5) Dos quais, na Polónia: 7.079 colaboradores em 31 de dezembro de 2021 (correspondendo a 6.942 FTE - *Full-time equivalent*) e 7.645 colaboradores em 31 de dezembro de 2020 (correspondendo a 7.493 FTE - *Full-time equivalent*).

RESULTADOS E ATIVIDADE EM 2021

Em 2021, o Millennium bcp continuou a afirmar a resiliência do seu modelo de negócio e a demonstrar a sua capacidade de adaptação a um contexto fortemente marcado pela evolução da crise pandémica. O Banco continuou a apoiar empresas e famílias, procurando dar resposta às necessidades dos seus Clientes em cada momento. Nesse sentido, importa salientar a relevância do crédito concedido pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19 garantidas pelo Estado Português e também os acordos estabelecidos com o Fundo Europeu de Investimento. No final do terceiro trimestre, o Banco realizou uma emissão de títulos representativos de dívida social sénior preferencial ao abrigo do seu *Euro Note Programme*, tornando-se o primeiro emitente português a realizar este tipo de emissão no segmento ESG (*Environmental, Social e Governance*), com enfoque na componente social. A realização desta emissão constituiu uma clara demonstração do compromisso assumido pelo Millennium bcp no apoio à economia, em especial no financiamento às micro e pequenas e médias empresas mais afetadas pelo recente contexto pandémico, evidenciando simultaneamente o reconhecimento dos compromissos do Millennium bcp em matéria de financiamento sustentável.

Paralelamente, o Banco mantém o enfoque na constante inovação tecnológica, que a par da recuperação da atividade económica no último ano, permitiu a concretização do plano de ajustamento do quadro de pessoal, inicialmente previsto para o ano de 2020, no âmbito do plano estratégico Mobilizar 2018/2021, mas entretanto adiado devido ao surgimento da pandemia associada à COVID-19. Por outro lado, o reforço das capacidades digitais do Banco é cada vez mais valorizado, o que se comprova pelo crescimento continuado da sua base de clientes, com especial destaque para os Clientes *mobile*, e também através do reconhecimento externo, materializado nos vários prémios e distinções que o Banco recebeu, e que também refletem o seu compromisso com as pessoas e com a Sociedade.

O Banco Comercial Português, S.A. ("BCP") celebrou, no dia 29 de junho de 2021, um acordo com o Union Bancaire Privée, UBP SA respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. ("Banque Privée"). No dia 2 de novembro de 2021, obtida a não oposição das instâncias de supervisão locais competentes e verificadas as demais condições estabelecidas, a alienação foi concretizada. O preço final está ainda sujeito a ajustamentos decorrentes da evolução dos ativos sob gestão e da atividade do Banque Privée BCP (Suisse) SA. A concretização da venda do Banque Privée visa permitir ao Grupo BCP prosseguir a estratégia de enfoque na alocação de recursos e na gestão das geografias *core*, potenciando o seu desenvolvimento e desta forma assegurar a criação de valor para os *stakeholders*.

Em 31 de dezembro de 2021, o BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. (banco de direito moçambicano em que o BCP detém, indiretamente, uma participação de 66,69%) ("BIM") formalizou a entrada em vigor de um acordo de longo prazo com a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade"), com vista a reforçar capacidades e a alargar a oferta de seguros no canal bancário (*bancassurance*) em Moçambique. No âmbito desta parceria, cuja possibilidade se encontrava prevista no memorando de entendimento celebrado entre o BCP e o Grupo Fosun em novembro de 2016, o BIM e a Fidelidade formalizaram igualmente a alienação pelo BIM à Fidelidade de ações representativas de 70% do capital social e direitos de voto da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ("SIM"), mantendo o BIM aproximadamente 22% do respetivo capital social. O BIM e a Fidelidade acordaram ainda opções de compra e de venda com vista a que a Fidelidade possa vir a adquirir ações adicionais, podendo a participação do BIM, por efeito dessas opções, reduzir-se para 9,9% do capital da SIM. No âmbito do acordo de distribuição exclusiva de longo prazo, o BIM promoverá a distribuição de seguros da SIM através do canal bancário, continuando a disponibilizar aos seus clientes um amplo leque de produtos seguradores competitivos, a qual sai reforçada pela parceria com um Grupo Segurador de referência, como é a Fidelidade.

Na sequência das alienações referidas e conforme o disposto na IFRS 5, o contributo da subsidiária suíça e da SIM para o resultado consolidado do Grupo encontra-se refletido como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional, tendo a informação histórica sido reexpressa desde janeiro de 2020, por forma a assegurar a sua comparabilidade. A relevação dos ativos e passivos do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. e da SIM nos períodos históricos não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras anteriormente publicadas. Neste contexto, e tendo em conta a imaterialidade dos respetivos saldos de balanço no cômputo global do Grupo, o cálculo dos vários indicadores apresentados e que relacionam o desempenho da conta de exploração com os agregados de balanço não foram ajustados, com exceção da taxa de margem financeira, cujo apuramento reflete o facto de os ativos das referidas subsidiárias terem deixado de ser considerados ativos geradores de juros no período em curso e na informação histórica apresentada. As mais-valias geradas com a venda de ambas as operações também se encontram reconhecidas como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação na atividade internacional.

No primeiro semestre de 2021, o Grupo alterou a forma de apresentação das provisões constituídas pelo Bank Millennium para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em francos suíços, tendo passado a reconhecê-las como uma redução do valor contabilístico bruto dos empréstimos para os quais é esperada uma redução nos fluxos de caixa futuros de acordo com o disposto na IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, anteriormente reconhecidas no passivo de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Neste sentido, o Grupo procedeu à reexpressão da informação anteriormente publicada, para todos os períodos com início a 1 de janeiro de 2020, verificando-se simultaneamente uma redução do valor de balanço da carteira de crédito a clientes e das outras provisões do passivo, face à posição financeira anteriormente divulgada pelo Grupo. A constituição de provisões de acordo com o enquadramento previsto na IAS 37 passará a ser aplicada apenas às situações de litígio relacionadas com processos de crédito já reembolsados e não refletidos no Balanço do Grupo. Adicionalmente, o Bank Millennium alterou a apresentação dos juros dos instrumentos financeiros derivados que não se enquadram na definição de contabilidade de cobertura formal prevista na IFRS 9. Tendo em conta que estes instrumentos, embora incluídos na carteira de negociação, foram contratados com o objetivo de estabelecer uma relação de cobertura económica do risco dos ativos ou passivos financeiros cobertos, a subsidiária polaca passou, a partir do primeiro semestre de 2021, a relevar os respetivos juros em margem financeira, quando anteriormente eram reconhecidos em resultados de operações financeiras. Neste sentido, as demonstrações financeiras do Grupo publicadas em períodos anteriores foram reexpressas, a partir de 1 de janeiro de 2020, de forma a garantir a comparabilidade da informação.

RESULTADOS

O **resultado líquido** consolidado do Millennium bcp ascendeu a 138,1 milhões de euros em 2021, situando-se abaixo dos 183,0 milhões de euros alcançados no ano anterior, não tendo a evolução favorável registada na atividade em Portugal sido suficiente para compensar os menores resultados obtidos pela atividade internacional.

O resultado líquido do Grupo foi fortemente penalizado pelo aumento dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira reconhecidos pelo Bank Millennium, S.A. na Polónia, cujo impacto, em termos consolidados, se cifrou em 266,9¹ milhões de euros em 2021, mais do que triplicando os 75,6¹ milhões de euros apurados no ano anterior. Excluindo este impacto, em ambos os anos, o resultado líquido do Grupo teria apresentado um crescimento de 56,6%, de 258,6 milhões de euros em 2020, para 404,9 milhões de euros em 2021.

¹ Líquido de impostos e de interesses que não controlam.

Em 2021, os custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira, no montante de 532,6² milhões de euros (150,9² milhões de euros em 2020) materializaram-se principalmente na constituição de provisões adicionais para fazer face ao risco legal implícito nesta carteira. Adicionalmente, os custos associados aos créditos hipotecários em moeda estrangeira incorporam também os custos com os acordos entretanto celebrados pela subsidiária polaca com os seus clientes, que visam a conversão dos créditos para moeda local ou o seu reembolso (total ou parcial) antecipado, reconhecidos principalmente em resultados de operações financeiras, os custos com assessoria jurídica e os custos com contestações interpostas pelo Banco contra os seus clientes. A evolução do resultado líquido do Grupo encontra-se ainda condicionada pela constituição de uma provisão extraordinária, reconhecida como custos com o pessoal na atividade em Portugal, no montante de 84,2 milhões de euros, destinada a fazer face aos custos com o plano de ajustamento do quadro de pessoal.

Inversamente, importa salientar a redução das imparidades para crédito verificada tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional, em ambos os casos, influenciada pelo impacto das imparidades extraordinárias que haviam sido constituídas em 2020 e que se destinavam a fazer face aos riscos associados à pandemia COVID-19. Merece também particular destaque o crescimento dos proveitos *core* observado quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional, em ambos os casos beneficiando da evolução, tanto da margem financeira como das comissões líquidas. Os outros proveitos de exploração líquidos também evidenciaram uma melhoria, revelando-se menos negativos do que no ano anterior.

O desempenho do resultado líquido do Grupo encontra-se ainda influenciado pelos resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação, que evoluiu de 15,5³ milhões de euros em 2020, para 70,9³ milhões de euros em 2021, refletindo os impactos positivos decorrentes da concretização da venda, no último trimestre de 2021, da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., e de 70% da participação que o Grupo detinha na SIM.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido ascendeu a 172,8 milhões de euros em 2021, apresentando um crescimento de 28,5% face aos 134,5 milhões de euros alcançados no ano anterior, potenciado pela evolução favorável da generalidade das rubricas. Merece especial destaque, por um lado, o crescimento dos proveitos *core*, como resultado do desempenho positivo evidenciado quer pela margem financeira, quer pelas comissões líquidas e por outro, a expressiva redução das necessidades de provisionamento da carteira de crédito face ao ano anterior.

Inversamente, a evolução do resultado líquido da atividade em Portugal foi penalizada pelo aumento das outras imparidades e provisões e dos custos operacionais, cujo desempenho foi determinado pela constituição de uma provisão, no montante de 84,2 milhões de euros, reconhecida como custos com o pessoal, para fazer face aos custos com o plano de ajustamento do quadro de pessoal, que apesar de, no âmbito do plano estratégico Mobilizar 2018/2021, se encontrar previsto para o ano de 2020, acabou por ser adiado devido ao surgimento da pandemia associada à COVID-19.

Na atividade internacional, o resultado líquido cifrou-se em 34,7 milhões de euros negativos em 2021, apresentando uma quebra relevante face aos lucros de 48,5 milhões de euros alcançados em 2020, determinada sobretudo pela atividade da subsidiária polaca, cujo desempenho se encontra fortemente penalizado pelo aumento dos custos associados aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira (532,6² milhões de euros em 2021 e 150,9² milhões de euros em 2020). Apesar de ter influenciado várias rubricas da conta de exploração da

² Líquido de impostos e antes de interesses que não controlam.

³ Em 2021, inclui o resultado líquido da operação suíça (1,2 milhões de euros) e da SIM (6,8 milhões de euros) até à data das respetivas alienações, bem como as mais valias obtidas (51,1 milhões de euros e 11,8 milhões de euros, respetivamente). Em 2020, inclui o resultado líquido da operação suíça (7,1 milhões de euros) e da SIM (8,4 milhões de euros) reexpressos, por forma a assegurar a comparabilidade da informação.

atividade internacional, o aumento destes custos fez-se sentir sobretudo por via do reforço expressivo das provisões para fazer face ao risco legal implícito na carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira. Os resultados em operações financeiras também foram largamente penalizados, uma vez que incorporam montantes relevantes de perdas cambiais na sequência dos acordos celebrados com os clientes, tendo em vista a conversão dos créditos para moeda local ou o seu reembolso (total ou parcial) antecipado. Excluindo a totalidade destes impactos em ambos os exercícios, a atividade internacional apresentaria lucros de 232,1 milhões de euros em 2021, evidenciando um crescimento relevante face aos 124,1 milhões de euros alcançados em 2020.

Embora o contributo da subsidiária polaca tenha sido determinante para a quebra do resultado líquido da atividade internacional, a menor apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico face ao ano anterior, também condicionou o desempenho do agregado das operações no exterior, pese embora numa dimensão mais reduzida. Inversamente, o contributo da operação em Moçambique para o resultado da atividade internacional revelou-se superior ao apurado em 2020, devido não só ao desempenho positivo da atividade corrente da subsidiária, como também ao reconhecimento da mais valia gerada com a venda de 70% da participação detida na SIM, no final de 2021.

Adicionalmente, o resultado líquido da atividade internacional beneficiou ainda do ganho, no montante de 51,1 milhões de euros, gerado na sequência da conclusão do acordo de venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) S.A., à Union Bancaire Privée, UBP SA. De salientar que a mais-valia obtida com a operação de venda encontra-se reconhecida como resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação, em conjunto com os resultados gerados pela atividade corrente daquela entidade, quer em 2021, quer em 2020, cujo histórico foi reexpresso, por forma a assegurar a comparabilidade da informação. Considerando os custos assumidos pela subsidiária relacionados com a venda, o impacto em resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação foi de aproximadamente 47 milhões de euros.

O **resultado operacional core** consolidado do Millennium bcp em 2021, apesar de condicionado pela constituição da já referida provisão extraordinária, reconhecida como custos com o pessoal na atividade em Portugal, no montante de 84,2 milhões de euros, destinada a fazer face aos custos com o plano de ajustamento do quadro de pessoal, apresentou um crescimento de 7,4% face aos 1.117,8 milhões de euros alcançados no ano anterior, ascendendo a 1.200,7 milhões de euros em 2021. Excluindo a referida provisão, considerada como item específico, e excluindo também os restantes itens específicos⁴ em ambos os períodos, o resultado operacional *core* do Grupo aumentou 10,9% face a 2020. Para esta evolução foi determinante o crescimento dos proveitos *core* que se verificou tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional.

É importante referir que, apesar da constituição da referida provisão, considerada como item específico, também o resultado operacional *core* da atividade em Portugal se situou 2,5% acima dos 636,6 milhões de euros alcançados em 2020, cifrando-se em 652,8 milhões de euros no final de 2021. Excluindo o impacto dos itens específicos⁴, em ambos os anos, o resultado operacional *core* da atividade em Portugal evidencia um crescimento de 11,3%, de 668,2 milhões de euros em 2020, para 743,5 milhões de euros em 2021.

⁴ O resultado líquido apresentado inclui o impacto negativo de 90,7 milhões de euros em 2021 e de 46,5 milhões de euros em 2020, ambos antes de impostos, considerados itens específicos. Em 2021, os itens específicos foram integralmente reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal, estando maioritariamente relacionados com a constituição de uma provisão, no montante de 84,2 milhões de euros, para fazer face aos custos decorrentes do ajustamento do quadro de pessoal. Em 2020, do montante total de 46,5 milhões de euros considerados como itens específicos, 31,6 milhões de euros foram reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal (custos com o ajustamento do quadro de pessoal, custos com a compensação pelo ajuste temporário das remunerações e proveitos decorrentes do acordo celebrado com um ex-administrador do Banco), e 14,8 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (9,3 milhões de euros como custos com o pessoal, 5,0 milhões de euros como outros gastos administrativos e 0,5 milhões de euros como amortizações do exercício). O resultado líquido apresentado incorpora igualmente itens específicos, no montante de 0,2 milhões de euros, relevados no produto bancário, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca em 2020.

O resultado operacional *core* da atividade internacional, por sua vez, registou um crescimento de 13,9%, de 481,2 milhões de euros em 2020, para 547,9 milhões de euros em 2021, para o qual contribuiu sobretudo a subsidiária polaca, mas também a operação em Moçambique.

A **margem financeira** ascendeu a 1.588,6 milhões de euros em 2021, situando-se 3,7% acima dos 1.531,7 milhões de euros apurados no ano transato, impulsionada pelo desempenho quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, a margem financeira revelou-se 3,2% acima dos 805,4 milhões de euros apurados em 2020, totalizando 831,3 milhões de euros no final de 2021. Este desempenho ficou a dever-se principalmente à redução significativa do custo do *funding* durante o ano de 2021, com o impacto positivo resultante do financiamento adicional obtido junto do Banco Central Europeu, através da participação na nova operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO III), a ser determinante para esta evolução. Neste sentido, a decisão do Banco de elevar a sua participação na referida operação, primeiro para 7.550 milhões de euros, em junho de 2020, e posteriormente para 8.150 milhões de euros, em março de 2021, conjuntamente com uma remuneração baseada numa taxa de juro negativa mais favorável, destinada a incentivar a concessão de crédito à economia, permitiram uma redução do custo do *funding*, face ao montante reconhecido em 2020. De salientar que estes ganhos foram, em parte, atenuados pelos custos suportados pelo Banco com a liquidez excedentária depositada junto do Banco de Portugal. Adicionalmente, a evolução do custo do *funding*, na atividade em Portugal, beneficiou também dos menores custos suportados com os recursos de clientes, refletindo maioritariamente a redução da remuneração da carteira de depósitos a prazo, pese em embora também se tenha verificado uma diminuição do saldo médio dos depósitos remunerados face a 2020. Paralelamente, os custos suportados com a emissão de dívida subordinada, na atividade em Portugal, também se revelaram inferiores aos registados em 2020, refletindo o vencimento de algumas emissões durante o último ano e o nível inferior de financiamento da emissão realizada em novembro.

Por outro lado, o desempenho da margem financeira, na atividade em Portugal, foi condicionado pela redução do rendimento dos ativos, nomeadamente pelo menor rendimento gerado pela carteira de crédito a clientes e pela carteira de títulos. Os níveis historicamente baixos em que as taxas de juro se situaram no último ano, continuaram a penalizar fortemente o rendimento gerado pela carteira de crédito *performing*, cujos ganhos em 2021 ficaram aquém dos registados no ano anterior, nomeadamente no que respeita ao crédito concedido a particulares (tanto no crédito pessoal, como no crédito à habitação), enquanto que os proveitos gerados pelo crédito a empresas evidenciaram um ligeiro aumento face aos que haviam sido registados em 2020. A evolução favorável dos proveitos gerados pelo crédito concedido a empresas foi possível graças ao aumento dos volumes de crédito, para o qual contribuíram, em larga medida os empréstimos concedidos às empresas no âmbito das linhas de crédito garantidas pelo Estado Português, na sequência da pandemia provocada pela COVID-19. A redução do volume de crédito *non-performing* (carteira de NPE), por sua vez, refletiu-se de forma negativa na evolução da margem financeira na atividade em Portugal, tal como o menor rendimento gerado pela carteira de títulos, devido principalmente ao desempenho da carteira de dívida pública portuguesa.

Embora com impacto menos expressivo, os maiores custos suportados com a dívida emitida e o menor rendimento proveniente da aplicação líquida dos excedentes de liquidez junto de instituições de crédito também influenciaram de forma negativa a evolução da margem financeira na atividade em Portugal. Refira-se que o aumento dos custos suportados com a dívida emitida resultou, por um lado, da execução de uma emissão *senior preferred*, no montante de 500 milhões de euros no primeiro trimestre do ano, por forma a beneficiar das condições de mercado prevaletentes, e por outro de uma nova emissão, de títulos representativos de dívida social *senior preferred*, também no montante de 500 milhões de euros, colocada ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco, no final do

terceiro trimestre de 2021, visando, ambas as emissões, o cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*).

Na atividade internacional, a margem financeira ascendeu a 757,3 milhões de euros em 2021, situando-se 4,3% acima dos 726,3 milhões de euros apurados no ano anterior, refletindo o desempenho quer da subsidiária polaca, quer da subsidiária em Moçambique.

Na subsidiária polaca, a margem financeira, que tinha vindo a ser bastante penalizada pelos sucessivos cortes das taxas de juro de referência impostos pelo Banco Central Polaco, beneficiou, nos últimos meses de 2021, da inversão desta tendência, o que conjuntamente com o aumento dos volumes da carteira de crédito a clientes contribuiu decisivamente para que a margem financeira da subsidiária polaca terminasse o ano acima do montante apurado em 2020. Por outro lado, o desempenho favorável da margem financeira na operação moçambicana é justificado principalmente pelo aumento do volume da carteira de dívida pública, mas também por *yields* implícitas superiores e menores custos suportados com os recursos de clientes.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira fixou-se em 1,93% em 2021, situando-se ligeiramente abaixo dos 2,00% registados no ano anterior, refletindo sobretudo o desempenho da atividade em Portugal, na medida em que na atividade internacional a taxa de margem financeira registou uma subida face ao ano anterior.

Na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira evoluiu de 1,56% em 2020, para 1,44% em 2021, influenciada, por um lado, pelo aumento dos volumes em balanço, nomeadamente pelo aumento do peso do *buffer* de liquidez, e por outro pelo contexto de taxas de juro negativas que se continuou a verificar. Adicionalmente, o maior peso dos produtos com taxas mais baixas na produção de crédito no contexto especial da pandemia e a perda de rendimento associada à redução da carteira de NPE também contribuíram para o decréscimo, ainda que ligeiro, verificado na taxa de margem da atividade em Portugal. Por sua vez, a taxa de margem financeira na atividade internacional, apesar de pressionada pelo impacto da acentuada redução das taxas de juro na Polónia, registou uma ligeira subida, de 2,95% em 2020, para 3,09% em 2021, refletindo já a inversão da tendência de evolução das taxas de juro de referência fixadas pelo Banco Central Polaco, que iniciou o aumento de taxas no último trimestre.

Os **resultados por equivalência patrimonial** em conjunto com os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, totalizaram 57,9 milhões de euros em 2021, situando-se abaixo dos 72,5 milhões de euros apurados no ano anterior, devido ao desempenho quer da atividade em Portugal, quer principalmente da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital evoluíram dos 62,2 milhões de euros apurados em 2020, para 58,4 milhões de euros em 2021, refletindo o desempenho dos rendimentos associados a investimentos que integram a carteira de ações da atividade em Portugal, imateriais em 2021, mas, no montante de 3,9 milhões de euros, no ano anterior. Os resultados por equivalência patrimonial, por sua vez, apesar de se manterem praticamente em linha com o montante apurado em 2020, incorporam evoluções distintas que se compensam entre si, uma vez que o aumento dos rendimentos gerados pela participação na SIBS, em 2021, foi absorvido, quase na íntegra, pelo menor contributo da participação na Millenniumbcp Ageas, justificado, em boa parte, pelo impacto positivo extraordinário, decorrente da avaliação dos passivos de contratos de seguro locais com base em pressupostos consistentes com os utilizados pela casa-mãe, no primeiro semestre de 2020. Por sua vez, apesar de numa dimensão mais reduzida, o aumento dos rendimentos gerados pela participação no Banque BCP (França) foi, em grande parte, absorvido pela quebra registada nos rendimentos gerados pela Unicre.

Na atividade internacional, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital evoluíram dos 10,2 milhões de euros positivos apurados em 2020, para um valor residual negativo em 2021, influenciados, por um lado, pelos proveitos extraordinários que haviam sido reconhecidos em 2020 em resultados por equivalência patrimonial e por outro, pela menor apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico em Angola, fortemente condicionados pelos impactos decorrentes da situação económica do país.

As **comissões líquidas**⁵ apresentaram um crescimento de 7,6% face aos 676,6 milhões de euros registados em 2020, totalizando 727,7 milhões de euros no final de 2021. Esta evolução reflete sobretudo a progressiva normalização da atividade económica, mas também a extinção das medidas de apoio aos clientes que tinham sido implementadas pelo Banco em Portugal durante os períodos mais críticos da pandemia. As comissões líquidas, no seu conjunto, evidenciaram um desempenho favorável tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional. Em ambos os casos, as comissões bancárias situaram-se num patamar superior ao observado no ano anterior, sendo que o crescimento das comissões relacionadas com os mercados na atividade em Portugal foi marginalmente atenuado pelo menor contributo da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas cresceram 6,8% face aos 481,5 milhões de euros registados em 2020, ascendendo a 514,3 milhões de euros no final do ano corrente. Esta evolução reflete o desempenho quer das comissões relacionadas com o negócio bancário, que apresentaram um aumento de 6,5%, quer das comissões relacionadas com os mercados financeiros, que se situaram 8,4% acima do montante contabilizado em 2020.

As comissões relacionadas com o negócio bancário, na atividade em Portugal, ascenderam a 432,1 milhões de euros em 2021, evidenciando um aumento de 26,5 milhões de euros face aos 405,7 milhões de euros registados no ano anterior, devido sobretudo ao desempenho das comissões relacionadas com transferências de valores, cujo nível de transações tem vindo gradualmente a aproximar-se de um patamar semelhante ao verificado antes do surgimento da pandemia. Paralelamente, o desempenho das comissões relacionadas com o negócio bancário na atividade em Portugal beneficiou do crescimento das comissões de gestão e manutenção de contas, das comissões associadas a operações de crédito e garantias e também das comissões provenientes da atividade de *bancassurance* que evidenciaram igualmente um crescimento ainda que ligeiro face ao ano anterior. Por outro lado, as comissões diretamente relacionadas com cartões permaneceram num patamar inferior ao verificado no ano anterior.

Por sua vez, as comissões relacionadas com o mercado, na atividade em Portugal, evoluíram de 75,8 milhões de euros em 2020, para 82,2 milhões de euros no final de 2021. O crescimento verificado decorreu do desempenho das comissões associadas à gestão e distribuição de ativos, devido sobretudo à atividade de distribuição de fundos de investimento de terceiros, mas também ao crescimento das comissões de gestão de carteiras. Inversamente as comissões associadas a operações sobre títulos revelaram-se inferiores ao montante apurado no ano anterior, penalizadas sobretudo pelos menores proveitos gerados pela estruturação e montagem de operações, não obstante o crescimento evidenciado pelas comissões associadas a operações de bolsa.

Na atividade internacional, as comissões líquidas apresentaram um crescimento de 9,4% em relação aos 195,0 milhões de euros apurados em 2020, totalizando 213,4 milhões de euros no final de 2021. Esta evolução foi determinada pelo crescimento das comissões relacionadas com o negócio bancário da subsidiária polaca, embora

⁵ No decurso de 2021, foram efetuadas algumas reclassificações contabilísticas, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos, relativos ao ano de 2020, das rubricas objeto de reclassificação, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados em base "pro forma" de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade. Exceto no que diz respeito aos impactos produzidos pela classificação de entidades como operações em descontinuação, no âmbito dos contratos de venda celebrados em 2021, conforme requerido pela IFRS 5, o montante total das comissões líquidas divulgado em períodos anteriores mantém-se inalterado.

na subsidiária em Moçambique também se tenha verificado um aumento deste tipo de comissões, ainda que numa dimensão mais reduzida.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Milhões de euros

| | 2021 | 2020 | Var. 21/20 |
|--|--------------|--------------|-------------|
| Comissões bancárias | 614,9 | 569,6 | 7,9% |
| Cartões e transferências de valores | 181,8 | 159,2 | 14,2% |
| Crédito e garantias | 154,9 | 147,9 | 4,7% |
| <i>Bancassurance</i> | 116,1 | 118,3 | -1,9% |
| Gestão e manutenção de contas | 148,5 | 131,0 | 13,4% |
| Outras comissões | 13,5 | 13,1 | 2,8% |
| Comissões relacionadas com mercados | 112,9 | 107,0 | 5,5% |
| Operações sobre títulos | 37,1 | 44,3 | -16,3% |
| Gestão e distribuição de ativos | 75,8 | 62,6 | 21,0% |
| COMISSÕES LÍQUIDAS | 727,7 | 676,6 | 7,6% |
| das quais: | | | |
| Atividade em Portugal | 514,3 | 481,5 | 6,8% |
| Atividade internacional | 213,4 | 195,0 | 9,4% |

Os **resultados em operações financeiras** cifraram-se em 86,5 milhões de euros em 2021, situando-se significativamente abaixo dos 140,6 milhões de euros registados no ano anterior, penalizados pelo desempenho da atividade internacional, cuja redução apresentada foi, no entanto, parcialmente compensada pelo crescimento verificado na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras ascenderam a 75,6 milhões de euros no final de 2021, situando-se 22,9% acima dos 61,5 milhões de euros apurados em 2020. Esta evolução ficou a dever-se, em grande parte, ao facto de os custos reconhecidos com a reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial se terem revelado inferiores aos 72,4 milhões de euros reconhecidos em 2020, cifrando-se em 34,8 milhões de euros no final de 2021. Importa, no entanto, referir que o montante registado em 2020 incluía 65,1 milhões de euros reconhecidos na sequência da incorporação de pressupostos conservadores que pretendiam fazer refletir o contexto adverso provocado pela pandemia COVID-19 no valor dos ativos subjacentes. Adicionalmente, também os custos suportados com a alienação de créditos apresentaram uma evolução favorável face ao ano anterior. Por outro lado, a evolução dos resultados em operações financeiras encontra-se penalizada pelo facto de em 2020 terem sido reconhecidos proveitos significativos, relacionados com a cobertura cambial da participação que o Grupo detém na Polónia, na sequência da desvalorização do zloti, que em 2021 não se repetiram. Os ganhos reconhecidos com títulos de dívida pública portuguesa também se revelaram inferiores face aos proveitos reconhecidos em 2020, pese embora essa evolução tenha sido parcialmente compensada pelos maiores ganhos reconhecidos com a alienação de outros títulos, nomeadamente de dívida pública estrangeira.

No que respeita à atividade internacional, os resultados em operações financeiras situaram-se significativamente aquém dos 79,2 milhões de euros contabilizados em 2020, ascendendo a 11,0 milhões de euros em 2021. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da subsidiária polaca, condicionado sobretudo pelos custos suportados com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos, que em 2021 se cifraram em 78,3 milhões de euros, face a 10,6 milhões de euros que haviam sido reconhecidos em 2020. Os menores proveitos obtidos com a alienação de títulos de dívida, principalmente dívida pública polaca também penalizaram a evolução dos resultados em operações financeiras. Inversamente, os resultados em operações financeiras na subsidiária em Moçambique evoluíram favoravelmente devido sobretudo ao aumento dos proveitos provenientes de operações cambiais realizadas com clientes.

Os **outros proveitos de exploração líquidos**⁶ que, entre outros, incorporam os custos relacionados com as contribuições obrigatórias dos bancos e com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, apresentaram uma evolução bastante favorável face aos 164,6 milhões de euros negativos apurados em 2020, fixando-se em 126,3 milhões de euros também negativos no final de 2021. Esta evolução, apesar de refletir maioritariamente o desempenho favorável da atividade internacional, beneficiou também, ainda que em menor escala, do desempenho positivo da atividade em Portugal.

Os outros proveitos de exploração líquidos na atividade em Portugal evoluíram de 72,9 milhões de euros negativos em 2020, para 66,1 milhões de euros também negativos em 2021. Para esta evolução contribuíram, maioritariamente, os ganhos reconhecidos em 2021 com a alienação de ativos não correntes detidos para venda, que contrastam com as perdas geradas no ano anterior. Por outro lado, o aumento dos custos suportados com as contribuições obrigatórias, de 70,0 milhões de euros em 2020, para 77,2 milhões de euros em 2021, continua a penalizar o desempenho dos outros proveitos de exploração líquidos na atividade em Portugal, sendo importante salientar que do montante total reconhecido em 2021, 56,2 milhões de euros referem-se a contribuições destinadas a entidades nacionais.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos⁶ em 2021, cifraram-se em 60,3 milhões de euros negativos, evidenciando uma melhoria bastante significativa face aos 91,7 milhões de euros também negativos registados no ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo contributo da subsidiária polaca, que em 2021 incorpora o reconhecimento de proveitos, no montante de 48,0 milhões de euros (8,2 milhões de euros em 2020), a receber de entidade terceira, relacionados com os custos suportados com o risco legal relativo aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência do contrato de aquisição do Euro Bank S.A. Paralelamente, a redução dos custos suportados com as contribuições obrigatórias a que a operação polaca está sujeita também contribuiu favoravelmente para a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos na atividade internacional.

⁶ Em 2020, o montante de outros proveitos de exploração líquidos inclui os itens específicos reconhecidos pela subsidiária polaca, no total de 0,2 milhões de euros, referentes a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

Os **custos operacionais**, não considerando o efeito dos itens específicos⁷, totalizaram 1.024,9 milhões de euros em 2021, evidenciando uma redução de 1,8% face aos 1.043,9 milhões de euros apurados no ano anterior. Esta evolução reflete uma gestão disciplinada dos custos e a manutenção do enfoque do Grupo no compromisso assumido de melhoria de eficiência, particularmente visível na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais, não considerando o efeito dos itens específicos, ascenderam a 602,2 milhões de euros no final de 2021, situando-se 2,7% abaixo dos 618,7 milhões de euros apurados no ano anterior. Os itens específicos referidos cifraram-se em 90,7 milhões de euros em 2021 e em 31,6 milhões de euros em 2020, em ambos os anos maioritariamente relacionados com os custos reconhecidos com o ajustamento do quadro de pessoal, sendo que em 2021 incorporam o impacto de uma provisão, no montante de 84,2 milhões de euros, constituída na sequência dos ajustamentos ao quadro de pessoal identificados como necessários no âmbito do plano estratégico Mobilizar 2018/2021.

A evolução favorável dos custos operacionais na atividade em Portugal, excluindo os itens específicos, ficou a dever-se sobretudo às poupanças obtidas nos custos com o pessoal, pese embora os outros gastos administrativos também se tenham situado num patamar ligeiramente inferior ao verificado em 2020. As amortizações do exercício, por sua vez, registaram um aumento face ao montante apurado no ano anterior.

Na atividade internacional, os custos operacionais, excluindo o efeito dos itens específicos (14,8 milhões de euros reconhecidos pela subsidiária polaca em 2020, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.), totalizaram 422,7 milhões de euros no final de 2021, situando-se ligeiramente abaixo dos 425,2 milhões de euros contabilizados em 2020. Apesar de permanecerem praticamente em linha com o montante apurado em 2020, os custos operacionais na atividade internacional incorporam dinâmicas distintas na sua evolução, na medida em que o desempenho favorável da subsidiária polaca foi, em grande parte, absorvido pelo aumento de custos registado na operação moçambicana.

Em termos consolidados, a redução verificada nos custos operacionais, excluindo os itens específicos, conjuntamente com o aumento dos proveitos *core* e do produto bancário, levou a que o rácio de eficiência e o rácio de eficiência *core* do Grupo, se situassem abaixo dos valores apurados no ano anterior (46,3% e 47,3%, respetivamente) fixando-se em 43,9% e 44,2%, respetivamente.

Os **custos com o pessoal**, não considerando o efeito dos itens específicos (90,7 milhões de euros em 2021 e 40,9 milhões de euros em 2020), totalizaram 563,6 milhões de euros no final de 2021, apresentando uma redução de 3,5% face aos 583,9 milhões de euros contabilizados no ano anterior, devido sobretudo ao desempenho favorável da atividade em Portugal. Em 2021, os itens específicos foram integralmente reconhecidos na atividade em Portugal, estando sobretudo relacionados com custos suportados com o ajustamento do quadro de pessoal, incluindo maioritariamente o impacto de uma provisão, no montante de 84,2 milhões de euros, constituída na sequência dos ajustamentos ao quadro de pessoal identificados como necessários no âmbito do plano estratégico Mobilizar 2018/2021. Por outro lado, em 2020, além dos itens específicos considerados na atividade em Portugal,

⁷ Em 2021, impacto negativo de 90,7 milhões de euros, reconhecidos integralmente como custos com o pessoal na atividade em Portugal, relacionados maioritariamente com os custos suportados com o ajustamento do quadro de pessoal, incluindo uma provisão, no montante de 84,2 milhões de euros. Em 2020, o impacto também foi negativo, no montante de 46,5 milhões de euros, dos quais 31,6 milhões de euros reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal (custos com o ajustamento do quadro de pessoal, custos com a compensação pelo ajuste temporário das remunerações e proveitos decorrentes do acordo celebrado com um ex-administrador do Banco), e 14,8 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (9,3 milhões de euros como custos com o pessoal, 5,0 milhões de euros como outros gastos administrativos e 0,5 milhões de euros como amortizações do exercício).

maioritariamente associados aos custos reconhecidos com o ajustamento do quadro de pessoal, foram também considerados os custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A. suportados pela subsidiária polaca.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal cifraram-se em 345,5 milhões de euros em 2021, revelando-se 5,1% inferiores face aos 364,0 milhões de euros apurados no ano anterior. Esta evolução não considera o impacto dos itens específicos, no montante de 90,7 milhões de euros em 2021, e de 31,6 milhões de euros em 2020, em ambos os anos relacionados maioritariamente com o ajustamento do quadro de pessoal. Conforme referido anteriormente, o montante reconhecido em 2021 incorpora o impacto da provisão de 84,2 milhões de euros, constituída no âmbito do plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco levou a cabo durante o último ano, na sequência da análise efetuada às necessidades do Banco face à capacidade existente, tendo em conta também a adaptação dos modelos e processos de negócio às novas tecnologias. Apesar de este ajustamento ter estado inicialmente previsto para o ano de 2020, o Banco decidiu pelo seu adiamento, devido ao surgimento da pandemia associada à COVID-19. Por outro lado, em 2020, além dos custos associados ao ajustamento do quadro de pessoal, os itens específicos incluem também os custos com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração dos colaboradores e o impacto positivo decorrente do acordo celebrado com um ex-administrador do Banco.

A evolução favorável dos custos com o pessoal na atividade em Portugal, excluindo o impacto dos itens específicos, ficou a dever-se sobretudo à redução, em termos líquidos, do número de colaboradores, que evoluiu de 7.013 colaboradores em 31 de dezembro de 2020, para 6.289 colaboradores no final de 2021, refletindo o impacto decorrente da implementação do plano de ajustamento do quadro de pessoal.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal apresentaram uma ligeira redução de 0,8% face aos 219,9 milhões de euros apurados em 2020, tendo-se fixado em 218,0 milhões de euros no final de 2021. Nesta evolução não está a ser considerado o impacto dos itens específicos, no montante de 9,3 milhões de euros, integralmente reconhecidos em 2020 pela subsidiária polaca, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

O desempenho dos custos com o pessoal, excluindo os itens específicos, na atividade internacional foi impulsionado pela redução registada na subsidiária polaca, pese embora a mesma tenha sido, em grande parte, absorvida pelo aumento que se verificou na operação em Moçambique.

O contexto desafiante que a subsidiária polaca tem vindo a enfrentar, marcado por uma forte redução das taxas de juro que perdurou até ao final do terceiro trimestre de 2021 e os riscos implícitos na carteira de crédito à habitação em francos suíços, ditaram a necessidade de aceleração da melhoria de eficiência, que se refletiu na progressiva redução do número total de colaboradores, de 7.645 colaboradores (7.493 FTE - *full time equivalent*) no final de 2020, para 7.079 colaboradores (6.942 FTE - *full-time equivalent*) em 31 de dezembro de 2021. Por outro lado, na operação em Moçambique, apesar de se ter assistido a uma redução de 95 colaboradores no quadro de pessoal, de 2.591 colaboradores em 31 de dezembro de 2020, para 2.496 colaboradores em 31 de dezembro de 2021, essa redução ficou a dever-se à alienação, por parte do BIM - Banco Internacional de Moçambique, de 70% da participação que o Grupo detinha na SIM, passando a deter apenas uma participação minoritária de cerca de 22%. Excluindo os 152 colaboradores que no final de 2020 pertenciam à SIM, o quadro de pessoal da operação moçambicana aumentou 57 colaboradores no último ano, o que conjuntamente com o efeito da inflação, com os pagamentos adicionais de seguros de saúde dos colaboradores e com as despesas médicas associadas à COVID-19, justificou o aumento do total de custos com o pessoal face ao ano anterior.

O quadro de pessoal da atividade internacional no final de dezembro de 2021 era composto por 9.579 colaboradores, menos 743 colaboradores do que os 10.322 colaboradores na mesma data do ano anterior, devido

sobretudo à redução de 566 colaboradores observada no Bank Millennium, mas refletindo também a redução líquida de 95 colaboradores apresentada pela subsidiária em Moçambique, fortemente influenciada pelo impacto da venda da SIM que, em 2020, contava com 152 colaboradores. Acresce ainda referir que na sequência da alienação da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse), ocorrida em 2021, o número de colaboradores afetos à subsidiária suíça (82 colaboradores no final de 2020) também contribuiu para a redução do número de colaboradores na atividade internacional. Neste contexto, refira-se que de acordo com o disposto na IFRS 5, tanto a SIM, como a operação suíça foram classificadas como operações em descontinuação, tendo os respetivos custos com o pessoal passado a estar refletidos como resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação, assim como os respetivos valores históricos de 2020, por forma a assegurar a comparabilidade da informação.

Os **outros gastos administrativos** totalizaram 324,2 milhões de euros em 2021, mantendo-se em linha com o montante apurado no ano anterior, excluindo os itens específicos reconhecidos em 2020, no montante de 5,0 milhões de euros, integralmente contabilizados pela subsidiária polaca, referentes a custos suportados com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A. Apesar de em termos consolidados os outros gastos administrativos, excluindo o impacto dos itens específicos, se situarem num patamar semelhante ao verificado em 2020, importa salientar as poupanças obtidas na atividade em Portugal, pese embora as mesmas tenham sido absorvidas, quase na íntegra, pelo aumento que se verificou na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos totalizaram 176,4 milhões de euros no final de 2021, evidenciando uma quebra de 1,1% face ao montante contabilizado no ano anterior. Os impactos decorrentes da pandemia associada à COVID-19 continuam a influenciar fortemente a evolução dos outros gastos administrativos em ambos os sentidos. Como tal, os impactos da implementação do plano de contingência do Banco, assente na adoção do teletrabalho e na suspensão ou adiamento de determinados projetos e deslocações refletiu-se sobretudo na redução dos custos relacionados com estudos e consultas, outros fornecimentos e serviços, informática, comunicações, material de consumo corrente, água, energia e combustíveis, conservação e reparação e deslocações, estadas e representações. Por outro lado, o contexto de pandemia levou a uma maior atividade dos *call centers*, que contribuiu sobretudo para o aumento dos custos associados a *outsourcing* e trabalho independente, mas também dos custos associados a rendas e alugueres, nomeadamente no que respeita ao aluguer de *software*. Adicionalmente, a retoma gradual da atividade em 2021 também se repercutiu no aumento de determinado tipo de custos, nomeadamente daqueles associados a contencioso, a despesas com publicidade e a outros serviços especializados, que se revelaram assim superiores face ao montante reconhecido no ano anterior. Para além dos impactos decorrentes do contexto de pandemia, a evolução dos outros gastos administrativos na atividade em Portugal foi também influenciada pela decisão do Banco em manter uma gestão disciplinada dos custos, continuando a implementar uma série de medidas nesse sentido, entre as quais se destaca o redimensionamento da rede de sucursais, que evoluiu de 478 em 31 de dezembro de 2020, para 434 no final de 2021.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos fixaram-se em 147,8 milhões de euros no final de 2021, situando-se ligeiramente acima (0,9%) do montante apurado no ano anterior, não considerando o impacto dos itens específicos anteriormente referidos. Esta evolução foi determinada pelo acréscimo de custos registado pela subsidiária em Moçambique, pese embora o mesmo tenha sido parcialmente compensado pelas poupanças obtidas na subsidiária polaca, que, não obstante o aumento de custos com serviços de assessoria jurídica para apoio nas questões relacionadas com a carteira de crédito à habitação em moeda estrangeira, beneficiou das medidas de reestruturação em curso, nomeadamente de um conjunto de sinergias decorrentes da fusão com o EuroBank S.A. Entre as sinergias obtidas salienta-se a poupança de custos associada à otimização da rede de sucursais, cujo número total evoluiu das 702 sucursais existentes em 31 de dezembro de 2020 para 655 sucursais no final de 2021. No que respeita ao número de sucursais, a subsidiária em Moçambique terminou o ano de 2021 com 199 sucursais, o mesmo número que detinha no final do ano anterior.

As **amortizações do exercício**, excluindo os itens específicos reconhecidos em 2020 pela subsidiária polaca no âmbito da aquisição do Euro Bank S.A., no montante de 0,5 milhões de euros, situaram-se 1,4% acima dos 135,3 milhões de euros apurados em 2020, totalizando 137,2 milhões de euros no final de 2021. Esta evolução reflete maioritariamente o desempenho da atividade em Portugal, cujo aumento foi parcialmente mitigado pela redução registada na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício evoluíram de 76,4 milhões de euros apurados em 2020, para 80,3 milhões de euros contabilizados no final do ano corrente, refletindo essencialmente o impacto do aumento do investimento em *software* efetuado ao longo dos últimos anos. Este reforço do investimento em *software* testemunha o compromisso do Banco com o processo de transformação digital em curso e a aposta constante na inovação tecnológica, tendo-se revelado crucial para a capacidade de resposta imediata aos desafios decorrentes da pandemia associada à COVID-19.

Na atividade internacional, as amortizações do exercício, excluindo os itens específicos anteriormente referidos, evidenciaram uma redução de 3,4% face aos 58,9 milhões de euros registados em 2020, totalizando 56,9 milhões de euros no ano corrente. Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente à atividade da subsidiária polaca, refletindo, em parte, as sinergias obtidas na sequência da integração do Euro Bank S.A. pelo Bank Millennium, S.A. Por outro lado, em 2021, as amortizações do exercício na subsidiária em Moçambique revelaram-se superiores ao montante reconhecido em 2020, em parte devido à evolução cambial do metical face ao euro.

CUSTOS OPERACIONAIS (1)

Milhões de euros

| | 2021 | 2020 (reexpresso) | Var. 21/20 |
|--|----------------|----------------------|--------------|
| Custos com o pessoal | 563,6 | 583,9 | -3,5% |
| Outros gastos administrativos | 324,2 | 324,8 | -0,2% |
| Amortizações do exercício | 137,2 | 135,3 | 1,4% |
| CUSTOS OPERACIONAIS | 1.024,9 | 1.043,9 | -1,8% |
| dos quais: | | | |
| Atividade em Portugal | 602,2 | 618,7 | -2,7% |
| Atividade internacional | 422,7 | 425,2 | -0,6% |
| Rácio de eficiência <i>core</i> do Grupo | 44,2% | 47,3% | |
| Rácio de eficiência do Grupo | 43,9% | 46,3% | |

(1) Exclui o impacto dos itens específicos.

As dotações para **imparidade do crédito** (líquidas de recuperações) evoluíram favoravelmente tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional, tendo apresentado, em termos consolidados, uma redução de 31,6%, de 509,9 milhões de euros em 2020, para 348,9 milhões de euros em 2021. Esta evolução encontra-se fortemente influenciada pelo reforço extraordinário das imparidades reconhecidas em 2020 para fazer face ao contexto de crise económica provocada pela pandemia associada à COVID-19 e aos riscos que lhe estavam subjacentes, tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional, totalizando 187,4 milhões de euros, em termos consolidados.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) totalizaram 273,3 milhões de euros em 2021, situando-se 22,8% abaixo dos 354,0 milhões de euros reconhecidos no ano anterior. Esta redução resulta, em grande parte, do facto de em 2020 terem sido constituídas as já referidas imparidades extraordinárias, com o intuito de fazer face ao aumento dos riscos implícitos ao contexto adverso e de incerteza que se vivia na altura, fruto da pandemia associada à COVID-19, que, na atividade em Portugal ascenderam a 152,5 milhões de euros. Neste contexto, a atualização dos parâmetros de risco de crédito considerados para efeitos de cálculo da imparidade coletiva, levou a que tivessem sido constituídas imparidades adicionais no montante de 55,4 milhões de euros. Adicionalmente, a evolução da imparidade do crédito, na atividade em Portugal, beneficiou ainda dos impactos positivos extraordinários, não esperados, associados à atividade de um cliente individual, que conduziram a menores necessidades de imparidade em 2021.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações), caíram para menos de metade dos 155,9 milhões de euros reconhecidos em 2020, situando-se em 75,6 milhões de euros no final de 2021. A subsidiária polaca foi a principal responsável por esta evolução, possível sobretudo graças à melhoria verificada, quer no nível de risco implícito nos créditos objeto de moratórias, entretanto expiradas, quer no risco subjacente à restante carteira de crédito, tanto de clientes particulares como de empresas. Para o decréscimo da imparidade do crédito verificado na subsidiária polaca no último ano, contribuiu também o reforço extraordinário das imparidades, no montante de 29,9 milhões de euros, que havia sido contabilizado em 2020 pela subsidiária, para fazer face aos riscos implícitos à pandemia COVID-19. Na subsidiária em Moçambique, também se assistiu a uma redução expressiva da imparidade do crédito, que em 2021 se fixou num montante pouco material, beneficiando por um lado da reversão da imparidade associada a um cliente individual, motivada pela dação em cumprimento do imóvel em garantia, e por outro do impacto das imparidades adicionais que haviam sido constituídas em 2020, para fazer face aos riscos implícitos na carteira de crédito, decorrentes do contexto da pandemia COVID-19 que se vivia então.

A evolução das dotações para imparidade (líquida de recuperações) levou a que o custo do risco (líquido de recuperações) registasse uma melhoria significativa quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional, permitindo que, em termos consolidados, o custo do risco se situasse em 60 pontos base, consideravelmente abaixo dos 92 pontos base observados em 2020. Na atividade em Portugal, o custo do risco (líquido de recuperações) evoluiu de 92 pontos base em 2020, para 69 pontos base em 2021, sendo que na atividade internacional melhorou de 91 pontos base para 41 pontos base no último ano.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 712,2 milhões de euros em 2021, mais do que duplicando o montante de 331,5 milhões de euros reconhecido no ano anterior, fortemente condicionado pelo reforço da provisão extraordinária, constituída pela subsidiária polaca para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira. Embora com magnitude inferior, as outras imparidades e provisões na atividade em Portugal também se situaram num patamar superior ao verificado em 2020.

Em 2021, as outras imparidades e provisões, na atividade em Portugal, ascenderam a 165,4 milhões de euros situando-se acima dos 118,8 milhões de euros reconhecidos no ano anterior, refletindo sobretudo o aumento das provisões constituídas para outros riscos e encargos. Inversamente, importa referir o menor nível de provisionamento requerido pelos ativos não correntes detidos para venda e pelos outros ativos financeiros, neste último caso, favoravelmente influenciado pela já referida revisão dos parâmetros de risco de crédito dos modelos de imparidade coletiva efetuada em 2020.

Na atividade internacional, a evolução das outras imparidades e provisões, de 212,7 milhões de euros em 2020, para 546,8 milhões de euros em 2021, foi determinada, conforme já referido, pelo contributo da subsidiária polaca,

nomeadamente pelo reforço da provisão extraordinária, constituída para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira. Assim, na sequência das tendências negativas nas decisões judiciais e do aumento do número de novos processos judiciais, bem como da utilização de pressupostos mais conservadores aplicados na avaliação de risco, as referidas provisões situaram-se 345,2 milhões de euros acima dos 160,1 milhões de euros reconhecidos em 2020, totalizando 505,3 milhões de euros no ano corrente. Importa, no entanto, referir que o impacto destas provisões em 2021 encontra-se parcialmente mitigado pelo reconhecimento de proveitos, no montante de 48,0 milhões de euros (8,2 milhões de euros em 2020), refletidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. Adicionalmente, e apesar do pedido de recurso estar ainda em avaliação, em novembro de 2021, a subsidiária polaca constituiu uma provisão no montante de 22,6 milhões de euros, destinada a cobrir as perdas potenciais que poderão resultar de um litígio que envolve a contratação de operações cambiais com um cliente. De salientar que, em 2020 tinham sido constituídas provisões adicionais, no montante de 31,8 milhões de euros para fazer face à devolução de comissões aos clientes que reembolsaram antecipadamente os créditos ao consumo, na sequência da decisão tomada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia. Este impacto, à semelhança das provisões associadas aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, foi parcialmente mitigado pelo reconhecimento de proveitos, igualmente refletidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, no montante de 10,7 milhões de euros, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. Na subsidiária em Moçambique, embora com menor expressão, o montante das outras imparidades e provisões, em 2021, também se revelou superior face ao que havia sido apurado no ano anterior, enquanto que as imparidades constituídas para fazer face ao investimento na participação no Banco Millennium Atlântico (incluindo o *goodwill*) se situaram num patamar inferior ao observado em 2020.

Os **impostos (correntes e diferidos)** sobre lucros totalizaram 203,6 milhões de euros em 2021, montante que compara com 132,1 milhões de euros apurados no ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, em 2021, impostos correntes de 81,4 milhões de euros (108,5 milhões de euros em 2020) e impostos diferidos no montante de 122,3 milhões de euros (23,6 milhões de euros em 2020).

Os gastos por impostos correntes em 2021 foram fortemente condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, não dedutíveis para efeitos fiscais, ao nível da subsidiária polaca.

Os gastos por impostos diferidos em 2021 foram influenciados pela constituição de provisões e pelos tributos sobre o setor bancário, não dedutíveis para efeitos fiscais, ao nível da atividade em Portugal.

BALANÇO

O **ativo total** do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 92.905 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, mantendo a tendência de crescimento apresentada nos últimos anos, ao situar-se 8,4% acima dos 85.715 milhões de euros apurados no final do ano anterior. Esta evolução reflete sobretudo o desempenho da atividade em Portugal, pese embora tenha também beneficiado do aumento registado na atividade internacional.

O desempenho da atividade em Portugal traduziu-se num aumento de 9,8% do ativo total, face aos 61.212 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2020, tendo-se fixado em 67.216 milhões de euros no final de 2021. O reforço da carteira de títulos, em particular da carteira de dívida pública estrangeira, decorrente da aplicação do

excedente de liquidez existente, justificou em larga medida esta evolução, permitindo simultaneamente um reforço dos ativos elegíveis. Adicionalmente, a liquidez gerada no último ano refletiu-se também no aumento das disponibilidades em Bancos Centrais.

Por sua vez, a carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade) também se situou num patamar superior ao verificado no ano anterior, contribuindo de forma significativa para o aumento registado no ativo total da atividade em Portugal. Inversamente, as reduções mais relevantes, embora numa menor dimensão, verificaram-se nos ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente na carteira de imóveis recebidos em dação e nas aplicações em outras instituições de crédito.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 25.689 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, evidenciando um aumento de 4,8% face aos 24.503 milhões de euros registados no final do ano anterior. Esta evolução reflete sobretudo o contributo da subsidiária na Polónia, impulsionado principalmente pelo desempenho da carteira de crédito e também pela subsidiária em Moçambique, embora, neste caso, beneficiando da apreciação do metical face ao euro. De salientar que, a evolução do ativo da atividade internacional incorpora também, em sentido inverso, o impacto da desconsolidação da operação na Suíça e da SIM na sequência da alienação destas entidades durante o ano de 2021.

A **carteira de crédito (bruto)**⁸ consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, ascendeu a 58.231 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, situando-se 4,6% acima dos 55.694 milhões de euros alcançados no final de 2020, devido aos desempenhos favoráveis quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal assistiu-se a um aumento de 3,6% da carteira de crédito bruto face aos 38.473 milhões de euros apurados em 31 de dezembro de 2020, vindo-se a fixar em 39.866 milhões de euros no final de 2021. O crescimento líquido da carteira incorpora, por um lado, a expansão do crédito *performing*, que cresceu 1.878 milhões de euros durante o ano de 2021 e, por outro, a redução, em 485 milhões de euros, das *non performing exposures* (NPE), neste caso dando continuidade ao sucesso da estratégia de desinvestimento em NPE implementada pelo Banco nos últimos anos.

Neste sentido, refira-se o desempenho positivo tanto do crédito a particulares, como do crédito a empresas, neste último caso, justificado, em grande parte, pelo crédito concedido ao abrigo das linhas de crédito lançadas pelo Governo para fazer face aos impactos provocados pela pandemia associada à COVID-19 e também das linhas abrangidas pelas garantias do Fundo Europeu de Investimento, permitindo simultaneamente o reforço contínuo da presença do Banco junto das empresas portuguesas.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante total de crédito concedido pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19 garantidas pelo Estado Português ascendia a 2.577 milhões de euros, o que representa um crescimento de 13,9% face ao montante de 2.262 milhões de euros que, no final do ano de 2020, o Banco havia desembolsado ao abrigo destas linhas. De salientar que as linhas de crédito foram disponibilizadas principalmente a pequenas e médias empresas portuguesas, tendo permitido apoiar mais de 18 mil clientes. No final de 2021 estas exposições representavam cerca de 6,5% da carteira de crédito total referente à atividade em Portugal.

⁸ Na sequência da alienação da subsidiária suíça ocorrida em 2021, os respetivos valores históricos (354 milhões de euros em 2020) não estão a ser considerados no âmbito desta análise, por forma a assegurar a comparabilidade da informação.

Durante o último trimestre do ano terminou a parcela que ainda subsistia de exposições enquadradas na moratória estatal ao abrigo do Decreto Lei 10-J/2020 de 26 de março e posteriores alterações, que correspondia às adesões ocorridas no primeiro trimestre de 2021 na sequência da reativação promovida pela Autoridade Bancária Europeia em 2 de dezembro de 2020 e da publicação do Decreto-Lei n.º 107/2020, de 31 de dezembro de 2020. Desta forma, no final do ano de 2021, já não existiam operações com moratória em vigor.

No que respeita à qualidade da carteira de crédito anteriormente sujeita a moratória, que à data de 31 de dezembro de 2021 ascendia a 8.208 milhões de euros (moratórias expiradas), importa salientar que 90,2% desta exposição correspondia a crédito *performing*. Consequentemente, apenas 9,8% diziam respeito a *non-performing exposures* (operações classificadas como *stage 3*), o que compara com uma percentagem de exposições não produtivas de 4,7%⁹ ao nível da carteira total.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (bruto)⁸ ascendeu a 18.365 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, evidenciando um crescimento de 6,6% face aos 17.221 milhões de euros apurados no final de 2020, determinado pela evolução registada na subsidiária polaca, sobretudo no que diz respeito ao crédito à habitação.

De salientar que, o contributo do Bank Millennium na Polónia foi determinante para esta evolução, uma vez que se assistiu a uma expansão da carteira de crédito à habitação concedido pela subsidiária polaca, mesmo num contexto de progressiva redução da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira. Neste contexto, é de referir que a carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira do Bank Millennium, maioritariamente denominada em francos suíços, evidenciou uma redução relevante durante o ano transato, tendo caído de 3.149 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 para 2.185 milhões de euros no final de 2021. De notar que, no primeiro semestre de 2021, o Grupo alterou a apresentação das provisões para processos individuais relacionados com crédito à habitação em francos suíços, tendo passado a alocar as provisões para riscos legais futuros e a reconhecê-las como uma redução do valor contabilístico bruto dos empréstimos para os quais é esperada uma redução nos fluxos de caixa futuros de acordo com a IFRS 9. A carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira representava 18,9% e 12,3% do montante total do crédito registado no balanço do Bank Millennium e 5,6% e 3,8% da carteira de crédito total do Grupo, no final dos anos de 2020 e 2021, respetivamente.

De salientar que, a carteira de crédito em moeda estrangeira antes das provisões anteriormente referidas, as quais ascendem a 96 milhões de euros e a 589 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 2021, respetivamente, descontada da parcela respeitante ao Euro Bank S.A., cujo risco se encontra integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de aquisição daquela entidade, ascendia a 3.026 milhões de euros no final de 2020 e a 2.609 milhões de euros no final de 2021, traduzindo uma redução de 13,8%.

A estrutura da carteira de crédito a clientes (bruto) consolidada manteve padrões equilibrados de diversificação, com o crédito a particulares e o crédito a empresas a representarem, respetivamente, 58,5% e 41,5% do montante total da carteira de crédito a clientes em 31 de dezembro de 2021 (57,4% e 42,6%, respetivamente na mesma data de 2020, considerando os valores *stated*).

⁹ Rácio de NPE, medido pelo quociente entre as *non-performing exposures* (apenas exposições incluídas no agregado de crédito a clientes) e o crédito (bruto) total.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

| | 31 dez. 21 | 31 dez. 20 comparável (1) | Var. 21/20 |
|---|---------------|------------------------------|-------------|
| PARTICULARES | 34.071 | 32.152 | 6,0% |
| Hipotecário | 28.072 | 26.363 | 6,5% |
| Pessoal | 5.999 | 5.789 | 3,6% |
| EMPRESAS | 24.160 | 23.542 | 2,6% |
| Serviços | 8.297 | 8.280 | 0,2% |
| Comércio | 4.231 | 4.031 | 5,0% |
| Construção | 1.766 | 1.796 | -1,7% |
| Outros | 9.866 | 9.435 | 4,6% |
| | 58.231 | 55.694 | 4,6% |
| do qual: | | | |
| Atividade em Portugal | 39.866 | 38.473 | 3,6% |
| Atividade internacional | 18.365 | 17.221 | 6,6% |
| Operações descontinuadas ou em descontinuação | -- | 354 | |
| TOTAL | 58.231 | 56.048 | 3,9% |

(1) Na sequência da alienação do Banque Privée BCP na Suíça em 2021, procedeu-se à apresentação dos respetivos valores históricos com referência a 2020 numa única linha denominada "Operações descontinuadas ou em descontinuação", de forma a assegurar a comparabilidade da informação.

A **qualidade da carteira de crédito** continua a ser uma das prioridades do Grupo, com enfoque no aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controlo de riscos e na monitorização permanente dos níveis de risco incorridos, assegurando simultaneamente a total conformidade com os requisitos regulamentares e de supervisão e mantendo atualizada a estrutura de regulamentação interna adequada ao controlo e gestão de riscos.

Com o surgimento da pandemia associada à COVID-19, o Banco implementou um plano de ação para identificação e medição do risco de crédito, adotando medidas operacionais para responder adequadamente aos impactos decorrentes do surto pandémico. Nesse sentido, salienta-se o desenvolvimento e aprofundamento do modelo de acompanhamento de Clientes com o objetivo de responder adequadamente a esses impactos, designadamente ao fim das medidas de apoio a empresas e particulares promovidas pelo Estado. A abordagem definida pelo Banco neste contexto envolveu a constituição de novas áreas/*task forces* para avaliação e acompanhamento das exposições de crédito dos Clientes e definição e implementação de estratégias adequadas a cada situação concreta. O plano de acompanhamento tem subjacente a segmentação da carteira de crédito total do Banco, com alocação dos Clientes selecionados para acompanhamento às diferentes áreas criadas de acordo com critérios aprovados pela Comissão Executiva, assegurando reportes específicos, incluindo os reportes às Entidades de Supervisão e aos órgãos de gestão. Paralelamente, procedeu-se ao alargamento do âmbito do Comité de Acompanhamento de Crédito e Ativos Não Produtivos para um acompanhamento da carteira de crédito, com especial enfoque nos impactos decorrentes da pandemia.

Os vários indicadores de qualidade de crédito continuam assim a evidenciar uma tendência de melhoria generalizada, merecendo especial destaque a redução líquida do montante da carteira de NPE, de 3.295 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, para 2.752 milhões de euros no final de 2021, reduzindo-se 543 milhões de euros, dos quais 485 milhões de euros em Portugal.

O rácio de NPE, em percentagem da carteira de crédito total, também continua a evoluir favoravelmente, tendo diminuído de 5,9% no final de 2020, para 4,7% em 31 de dezembro de 2021, destacando-se o contributo da carteira de crédito doméstica, cujo rácio de NPE diminuiu de 6,1% para 4,7% no mesmo período.

Também no que respeita aos indicadores de cobertura se assistiu a uma melhoria generalizada no último ano, destacando-se o desempenho da atividade em Portugal, cujo grau de cobertura de NPE por imparidades, aumentou de 63,0% no final do ano anterior, para 68,5% em 31 de dezembro de 2021, enquanto a cobertura de NPL há mais de 90 dias evoluiu de 118,6%, para 165,8% no mesmo período.

O grau de cobertura da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira, considerando para o efeito o montante total da carteira, isto é, antes do abate da respetiva parcela motivada pela constituição de provisões diretamente por via da redução de valor contabilístico bruto dos empréstimos, mas deduzida do montante total da exposição com origem no Euro Bank S.A. (3.026 milhões de euros e 2.609 milhões de euros no final de 2020 e 2021, respetivamente) e o montante total das provisões constituídas (203 milhões de euros e 672 milhões de euros, incluindo quer as provisões constituídas diretamente por redução do valor do ativo, quer as provisões relevadas no passivo) evidenciou um crescimento expressivo de 6,7% em 31 de dezembro de 2020 para 25,7% em 31 de dezembro de 2021.

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

| | Grupo | | | Atividade em Portugal | | |
|--|------------|------------|------------|-----------------------|------------|------------|
| | 31 dez. 21 | 31 dez. 20 | Var. 21/20 | 31 dez. 21 | 31 dez. 20 | Var. 21/20 |
| STOCK (M€) | | | | | | |
| Crédito a clientes (bruto) | 58.231 | 56.048 | 3,9% | 39.866 | 38.473 | 3,6% |
| Crédito vencido > 90 dias | 949 | 1.297 | -26,8% | 586 | 918 | -36,2% |
| Crédito vencido | 1.080 | 1.420 | -24,0% | 605 | 933 | -35,1% |
| Crédito reestruturado | 2.564 | 2.661 | -3,7% | 2.069 | 2.174 | -4,9% |
| NPL > 90 dias | 1.237 | 1.766 | -30,0% | 776 | 1.255 | -38,2% |
| NPE | 2.752 | 3.295 | -16,5% | 1.878 | 2.363 | -20,5% |
| Imparidade do crédito (balanço) | 1.871 | 2.073 | -9,8% | 1.286 | 1.488 | -13,6% |
| RÁCIOS EM PORCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES | | | | | | |
| Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto) | 1,6% | 2,3% | | 1,5% | 2,4% | |
| Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto) | 1,9% | 2,5% | | 1,5% | 2,4% | |
| Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto) | 4,4% | 4,7% | | 5,2% | 5,7% | |
| NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto) | 2,1% | 3,2% | | 1,9% | 3,3% | |
| NPE / Crédito a clientes (bruto) | 4,7% | 5,9% | | 4,7% | 6,1% | |
| GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES | | | | | | |
| Cobertura do Crédito vencido > 90 dias | 197,0% | 159,8% | | 219,5% | 162,0% | |
| Cobertura do Crédito vencido | 173,3% | 146,0% | | 212,6% | 159,6% | |
| Cobertura de NPL > 90 dias | 151,2% | 117,4% | | 165,8% | 118,6% | |
| Cobertura de NPE | 68,0% | 62,9% | | 68,5% | 63,0% | |
| EBA | | | | | | |
| Rácio NPE (inclui títulos e extra-patrimoniais) | 3,2% | 4,0% | | 3,1% | 4,2% | |

Nota: os NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no glossário.

Os **recursos totais de clientes**¹⁰ situaram-se 9,5% acima dos 82.306 milhões de euros alcançados em 31 de dezembro de 2020, ascendendo a 90.097 milhões de euros no final de 2021. Esta evolução reflete o desempenho positivo quer da atividade internacional, quer principalmente da atividade em Portugal, em ambos os casos tanto no que respeita aos recursos de balanço, como aos recursos fora de balanço.

Os depósitos e outros recursos de clientes foram os principais responsáveis pelo crescimento evidenciado pelos recursos totais de clientes, tendo, em termos consolidados, aumentado 6.939 milhões de euros, de 62.621 milhões de euros no final de 2020, para 69.560 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. Os recursos de clientes fora de balanço, por sua vez, evoluíram de 18.180 milhões de euros, para 18.922 milhões de euros no mesmo período,

¹⁰ Na sequência da alienação da subsidiária suíça ocorrida em 2021, os respetivos valores históricos (2.186 milhões de euros em 2020) não estão a ser considerados no âmbito desta análise, por forma a assegurar a comparabilidade da informação.

impulsionados pelo aumento quer dos ativos distribuídos, quer dos ativos sob gestão, pese embora a redução registada nos seguros de poupança e investimento tenha absorvido parcialmente esse aumento.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes ascenderam a 66.290 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, apresentando um crescimento de 5.304 milhões de euros face aos 60.987 milhões de euros apurados no final do ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo aumento de 4.491 milhões de euros registado nos depósitos e outros recursos de clientes, que aumentaram de 43.221 milhões de euros, para 47.712 milhões de euros no último ano, reafirmando assim o seu peso na estrutura de financiamento do ativo. O crescimento dos depósitos de clientes que se tem verificado nos períodos recentes traduz uma maior propensão para a poupança por parte das famílias portuguesas, em parte devido ao sentimento de insegurança desencadeado pela crise pandémica, que paralelamente levou também ao adiamento de algumas decisões de consumo de bens duradouros. Ainda que numa dimensão mais reduzida, os recursos totais de clientes na atividade em Portugal, beneficiaram também da evolução favorável dos recursos de clientes fora de balanço, de 16.329 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, para 16.972 milhões de euros na mesma data de 2021. Este crescimento dos recursos fora de balanço foi determinado pelo desempenho dos ativos distribuídos e dos ativos sob gestão, pese embora o mesmo tenha sido parcialmente atenuado pela redução verificado nos seguros de poupança e investimento.

Na atividade internacional¹⁰, os recursos totais cresceram 2.487 milhões de euros, de 21.319 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, para 23.806 milhões de euros no final de 2021, refletindo o contributo quer da operação em Moçambique, quer principalmente da subsidiária na Polónia. A evolução dos recursos totais na atividade internacional ficou a dever-se maioritariamente ao crescimento dos depósitos de clientes, que apesar de ter assumido maior expressão na subsidiária polaca, também se fez sentir na operação em Moçambique.

Em termos consolidados, os recursos de clientes de balanço e os depósitos e outros recursos de clientes representavam respetivamente 79% e 77% dos recursos totais de clientes em 31 de dezembro de 2021 (77% e 75%, respetivamente na mesma data de 2020, considerando os valores *stated*).

O rácio de transformação (calculado com valores *stated*), no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, evoluiu de 85,3% em 31 de dezembro de 2020, para 81,0% no final de 2021. O mesmo indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, situou-se em 79,2% em 31 de dezembro de 2021, que compara com 83,3% na mesma data do ano anterior.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

| | 31 dez. 21 | 31 dez. 20 comparável (1) | Milhões de euros Var. 21/20 |
|---|---------------|---------------------------|--------------------------------|
| RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO | 71.175 | 64.125 | 11,0% |
| Depósitos e outros recursos de clientes | 69.560 | 62.621 | 11,1% |
| Débitos para com clientes titulados | 1.615 | 1.505 | 7,3% |
| RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO | 18.922 | 18.180 | 4,1% |
| Ativos sob gestão | 5.773 | 4.712 | 22,5% |
| Ativos distribuídos | 6.486 | 5.291 | 22,6% |
| Seguros de poupança e de investimento | 6.663 | 8.177 | -18,5% |
| | 90.097 | 82.306 | 9,5% |
| do qual: | | | |
| Atividade em Portugal | 66.290 | 60.987 | 8,7% |
| Atividade internacional | 23.806 | 21.319 | 11,7% |
| Operações descontinuadas ou em descontinuação | -- | 2.186 | |
| TOTAL | 90.097 | 84.492 | 6,6% |

(1) Na sequência da alienação do Banque Privée BCP na Suíça em 2021, procedeu-se à apresentação dos respetivos valores históricos com referência a 2020 numa única linha denominada "Operações descontinuadas ou em descontinuação", de forma a assegurar a comparabilidade da informação. Do montante total dos recursos de clientes respeitantes ao Banque Privée BCP, que ascendiam a 2.186 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, 638 milhões de euros dizem respeito a recursos de clientes de balanço e 1.548 milhões de euros respeitam a recursos de clientes fora de balanço.

A **carteira de títulos** do Grupo, tal como definida no glossário, cifrou-se em 21.201 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, apresentando um crescimento de 16,3% face aos 18.226 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, tendo o seu peso no ativo total aumentado de 21,3% para 22,8% no mesmo período.

O desempenho da carteira de títulos do Grupo reflete maioritariamente o aumento registado na atividade em Portugal, cujo saldo evoluiu de 13.320 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020, para 16.128 milhões de euros no final de 2021. O reforço da carteira de títulos, sobretudo de dívida soberana estrangeira (francesa, belga e irlandesa), decorreu da aplicação do excedente de liquidez existente, permitindo simultaneamente um reforço dos ativos elegíveis.

Também a carteira de títulos afeta à atividade internacional se situou num patamar superior ao observado no final de 2020, tendo evoluído dos 4.906 milhões de euros apurados naquela data, para 5.072 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021. Esta evolução foi determinada pelo aumento registado na carteira de títulos afeta à subsidiária em Moçambique, pese embora o mesmo tenha sido parcialmente absorvido pela redução registada na subsidiária na Polónia, refletindo o desinvestimento em dívida soberana polaca no último ano. Importa ainda referir que esta evolução se encontra influenciada pelo impacto decorrente da alienação da subsidiária suíça que ocorreu no final de 2021, cuja carteira de títulos ascendia a 60 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR, *Liquidity Coverage Ratio*), em base consolidada, situou-se em 269% no final de dezembro de 2021, mantendo-se confortavelmente acima do requisito mínimo de 100%, suportado em carteiras de ativos altamente líquidos de valor compatível com uma gestão prudente da liquidez de

curto prazo por parte do Grupo. O rácio de cobertura de liquidez aumentou significativamente face ao valor apurado na mesma data do ano anterior (230%), que já refletia um elevado nível de cobertura.

Em harmonização com a norma sobre financiamento estável emitida pelo Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (CBSB), em junho de 2021, entrou em vigor o requisito mínimo regulamentar de 100% para o *Net Stable Funding Ratio*, NSFR (Artigo 428 do Regulamento (EU) 2019/876). O Grupo reforçou a disposição da base de financiamento estável, caracterizada pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de *funding*, por financiamento colateralizado e por instrumentos de médio e longo prazo, que permitiu que o rácio de financiamento estável (NSFR) apurado em 31 de dezembro de 2021 se fixasse em 150% (140% em 31 de dezembro de 2020).

O ano terminado em 31 dezembro de 2021 evidenciou um crescimento muito significativo da base de depósitos das operações do Grupo em Portugal e na Polónia, suportadas sobretudo pelo crescimento no segmento de retalho, prolongando a tendência que começou a desenhar-se logo após a eclosão da crise associada à pandemia provocada pela COVID-19, em março de 2020.

Após decisão do BCE de alargar o recurso à Operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada III (ORPA III, “T LTRO III” na abreviatura inglesa) a 55% dos empréstimos elegíveis, o BCP reforçou a sua componente de financiamento de médio-longo prazo no primeiro trimestre de 2021 através de uma tomada adicional de 600 milhões de euros, a juntar aos 7,55 mil milhões de euros tomados em junho de 2020, elevando assim para 8,15 mil milhões de euros o montante bruto total tomado naquele instrumento.

No âmbito do seu Plano Estratégico 2021-24, e para cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*), o BCP beneficiou das condições de mercado favoráveis prevaletentes durante o primeiro trimestre de 2021 para antecipar a execução de uma emissão *senior preferred*, no montante de 500 milhões de euros, prevista naquele plano apenas para o terceiro trimestre de 2021.

No final do terceiro trimestre, o BCP voltou ao mercado ao abrigo do seu *Euro Note Programme* colocando a primeira emissão de um emitente português de dívida social *senior preferred* no segmento ESG (*Environmental, Social and Governance*), tendo neste caso como enfoque a componente social. Assim, nos termos do seu *Green, Social and Sustainability Bond Framework*, o produto líquido da emissão, no montante de 500 milhões de euros, destinou-se prioritariamente ao financiamento e/ou refinanciamento dos empréstimos concedidos pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19, constituindo a demonstração do compromisso assumido pelo Banco no apoio à economia, em especial no financiamento às micro e pequenas e médias empresas mais afetadas pelo contexto pandémico. A emissão tem um prazo de 6,5 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final de 5,5 anos, e envolveu um conjunto diversificado de investidores institucionais europeus, muitos dos quais comprometidos com investimentos ESG.

Ainda no cumprimento da estratégia de contínua otimização da sua estrutura de capital, de reforço de fundos próprios e da sua base de passivos elegíveis para o cumprimento dos requisitos de “MREL”, o Banco emitiu em novembro de 2021 dívida subordinada no valor de 300 milhões de euros, elegível como fundos próprios de nível 2, com prazo máximo de 10,5 anos e com opção de reembolso antecipado pelo banco a qualquer momento nos seis meses seguintes ao final do 5.º ano.

A liquidez gerada pelas operações acima descritas, acrescida da que resultou da redução sustentada do *gap* comercial em Portugal, sobretudo por crescimento dos depósitos de clientes de retalho, continuou a ser aplicada no apoio à economia real e ainda, dada a sua materialidade, no reforço em 2,8 mil milhões de euros da carteira de títulos em Portugal e no aumento de 2,1 mil milhões de euros (para 6,4 mil milhões de euros) das reservas depositadas no Banco de Portugal.

As aplicações em títulos, concentradas sobretudo na carteira de dívida soberana, contribuíram para o aumento de 3,0 mil milhões de euros do saldo de títulos elegíveis (após *haircuts*) disponíveis para desconto no BCE, para 25,5 mil milhões de euros. Tendo em conta que o financiamento líquido junto do BCE, no mesmo período, desceu 1,6 mil milhões de euros, para 1,7 mil milhões de euros, o *buffer* de liquidez descontável junto do BCE aumentou 4,6 mil milhões de euros, para 23,8 mil milhões de euros.

A resposta do BCE à crise provocada pela COVID-19 envolveu, para além da provisão de liquidez adicional ao sistema bancário através da criação da referida ORPA III, uma redução transversal dos *haircuts* aplicáveis a todos os tipos de ativos elegíveis para desconto, no caso dos *portfolios* de direitos de crédito com caráter permanente. Salvo decisão em contrário por parte daquela entidade, as medidas de caráter temporário deverão vigorar até 30 de junho de 2022, não se prevendo que a sua reversão tenha consequências materiais na dimensão do *buffer* detido pelo BCP junto do BCE, dada a sua magnitude atual.

Ao longo de 2021, as posições de liquidez do Bank Millennium (Polónia) e do Millennium bim (Moçambique), as duas principais subsidiárias do BCP, continuaram a demonstrar a sua robustez, sobretudo por via do reforço dos depósitos de retalho, permitindo a manutenção num nível adequado dos *buffers* de liquidez descontáveis nos respetivos bancos centrais e, em consequência, globalmente na zona de conforto dos indicadores de risco de liquidez adotados transversalmente pelo Grupo, bem como em todos os indicadores regulatórios.

A *counterbalancing capacity* do Grupo é definida pela capacidade de geração de liquidez adicional no curto prazo para fazer face a eventuais situações de *stress* financeiro. As medidas para o seu reforço são descritas no Plano de Recuperação que, à data de 31 de dezembro de 2021, apresentavam para Portugal um valor total estimado de 2,3 mil milhões de euros, com origem na venda de obrigações *corporate*, na venda de papel comercial, na securitização de uma carteira de crédito ao consumo e na emissão própria de obrigações hipotecárias a mobilizar para a *pool* de política monetária do BCE.

Em termos consolidados, o risco de refinanciamento de instrumentos de médio longo prazo manter-se-á em níveis muito reduzidos nos próximos anos. Excluindo o refinanciamento da ORPA III, o valor anual a refinar nos próximos cinco anos atingirá apenas 1,0 mil milhões de euros em 2022, com o pagamento de uma emissão de obrigações hipotecárias nesse exato valor. Mesmo neste caso, o colateral liberto após o reembolso será integrado no *buffer* de liquidez descontável no BCE, sem perda significativa de liquidez.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 31 de dezembro de 2021 fixou-se em 11,7% em *phased-in* e em *fully implemented*, refletindo uma variação de -49 e de -48 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 12,2% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* em 2020 e acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) tanto para o ano de 2021 (CET1 8,828%, T1 10,750% e Total 13,313%) como também para 2022 (CET1 9,156%, T1 11,125% e Total 13,750%).

A evolução dos rácios de capital no período encontra-se significativamente influenciada pelo aumento do provisionamento para riscos legais associados a créditos em moeda estrangeira no Bank Millennium na Polónia, por alterações no reconhecimento de interesses que não controlam nos fundos próprios, parcialmente compensado pelo desempenho positivo da atividade em Portugal. Assim, o rácio CET1 recuou face ao valor apresentado no mesmo período de 2020, situando-se abaixo dos objetivos de médio prazo do banco, sem que isso coloque em causa a perspetiva de convergência para tais objetivos.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

| | 31 dez. 21 | 31 dez. 20 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| FULLY IMPLEMENTED | | |
| Fundos Próprios | | |
| <i>Common Equity Tier1 (CET1)</i> | 5.375 | 5.651 |
| <i>Tier1 (T1)</i> | 5.884 | 6.187 |
| Fundos próprios totais | 7.247 | 7.213 |
| Riscos ponderados | 45.863 | 46.322 |
| Rácios de solvabilidade | | |
| <i>CET1</i> | 11,7% | 12,2% |
| <i>Tier1</i> | 12,8% | 13,4% |
| Total | 15,8% | 15,6% |
| PHASED-IN | | |
| <i>CET1</i> | 11,7% | 12,2% |

Nota: Os rácios de dezembro de 2021 e de dezembro de 2020 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos. Os rácios de dezembro de 2021 correspondem a valores estimados, não auditados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM 2021

Em 2021, o Banco manteve o foco no apoio às famílias e às empresas, em particular junto dos agentes mais afetados pelos efeitos da pandemia COVID-19.

Em **5 de fevereiro de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. (Banco) fixou as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida *sénior preferencial* ao abrigo do seu *Euro Note Programme*. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 6 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final de 5 anos, um preço de emissão de 99,879% e uma taxa de juro de 1,125%, ao ano, durante os primeiros 5 anos (correspondente a um *spread* de 1,55% sobre a taxa *mid-swaps* de 5 anos). No 6º ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 1,55%.

Em **20 de maio de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. informou sobre as principais deliberações da Assembleia Geral, sendo de destacar:

- Aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2020, incluindo o Relatório do Governo Societário, bem como da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2020;
- Aprovação da política de dividendos;
- Aprovação da política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização;
- Aprovação da política de seleção e designação do revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, bem como de contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos nos termos da legislação em vigor;

- Recondução da Deloitte & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., como Revisor Oficial de Contas, que indicou para a representar o sócio Paulo Alexandre de Sá Fernandes, ROC n.º 1456, e Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC n.º 992, como seu suplente, no triénio 2021/2023;
- Recondução da Deloitte & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., para exercer funções de Auditor Externo no triénio 2021/2023;
- Aprovação da manutenção das limitações à contagem de votos previstas nos artigos 25.º e 26.º dos Estatutos do Banco.

Em **29 de junho de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. (BCP) celebrou um acordo com o Union Bancaire Privée, UBP SA respeitante à venda da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) SA. Em 2 de novembro foi concretizada a alienação da totalidade do capital social do Banque Privée BCP (Suisse) SA (“Banque Privée”) ao Union Bancaire Privée, UBP SA. O valor recebido pela venda do capital social do Banque Privée foi de CHF 113,210,965.00, que reflete a distribuição de dividendos e a redução de capital ocorridas entretanto. Considerando este valor, a operação tem um impacto (positivo) nos resultados consolidados do exercício em curso, em base proforma a 30 de setembro de 2021, de aproximadamente 46 milhões de euros e um impacto positivo no rácio consolidado de CET1 de 15 pontos base e no capital total de 17 pontos base, confirmando-se os valores anteriormente divulgados. O preço final está ainda sujeito a ajustamentos decorrentes da evolução dos ativos sob gestão e da atividade do Banque Privée BCP (Suisse) SA. A concretização desta operação de venda do Banque Privée visa permitir ao Grupo BCP prosseguir a estratégia de enfoque da alocação de recursos e da gestão nas geografias *core*, potenciando o desenvolvimento destas e dessa forma a criação de valor para os *stakeholders*.

Em **1 de agosto de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. (BCP) informou sobre resultados do teste de *stress* de 2021 ao nível da União Europeia. Considerando os resultados do BCP destacam-se os seguintes aspetos:

- da aplicação do cenário adverso resultou uma redução de 406 p.b. no rácio de capital CET1 *fully loaded* no final de 2023 face a dezembro de 2020 (o que compara com uma redução média de 485 p.b. no universo dos 50 bancos submetidos a este exercício);
- da aplicação do cenário base resultou um aumento de 163 p.b. no rácio de capital CET1 *fully loaded* no final de 2023 face a dezembro de 2020 (o que compara com um aumento médio de 78 p.b. no universo dos 50 bancos submetidos a este exercício).

Em **21 de setembro de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. informou que a agência de *rating* Moody's subiu em um nível a notação de *rating* dos depósitos do BCP, de Baa3/Prime-3 para Baa2/Prime-2, na sequência do *upgrade* da notação do *rating* soberano de Portugal. Este *upgrade* e o facto de a notação de *rating* de dívida sénior ter sido afirmada em Ba1 refletem a reafirmação da notação de *rating* BCA (*Baseline Credit Assessment*) e BCA Ajustada, a análise de LGF (*Loss Given Failure*) e o moderado suporte governamental, que se manteve inalterado. O *outlook* das notações de *rating* da dívida sénior e dos depósitos mantém-se estável, refletindo a perspetiva da Moody's de que a qualidade creditícia do Banco se manterá estável ao longo do período de análise.

Em **29 de setembro de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. informou que fixou as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida social *sénior preferencial* ao abrigo do seu *Euro Note Programme*, a primeira deste tipo a realizar por um emitente português. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 6,5 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final de 5,5 anos, um preço de emissão de 99,527% e uma taxa de cupão de 1,75% ao ano, durante os primeiros 5,5 anos. A partir do 5º ano e meio, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 2,00%. Esta é a primeira emissão realizada pelo Banco no segmento ESG (*Environmental, Social e Governance*), tendo como enfoque a componente social. Assim, um montante equivalente ao produto líquido da Emissão será aplicado prioritariamente no financiamento e/ou refinanciamento dos empréstimos concedidos pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19, nos termos do *Green*,

Social and Sustainability Bond Framework do Banco, constituindo uma clara demonstração do compromisso assumido pelo Millennium bcp no apoio à economia, em especial no financiamento às micro e pequenas e médias empresas mais afetadas pelo recente contexto pandémico. A Emissão insere-se no plano de financiamento definido pelo Banco no âmbito do seu Plano Estratégico 2021-2024, visando designadamente o cumprimento dos requisitos MREL (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*) e da estratégia de reforço da sua presença nos mercados de capitais e de alargamento da sua base de investidores. A operação, que se seguiu a um bem sucedido *roadshow*, foi colocada num conjunto muito diversificado de investidores institucionais europeus, muitos dos quais dedicados a investimentos ESG, o que sinaliza, por um lado, a confiança do mercado no Banco e, por outro, um reconhecimento dos compromissos do Millennium bcp em matéria de financiamento sustentável.

Em **11 de outubro de 2021**, a Fitch Ratings reviu o *Outlook* do *rating* de emitente de longo prazo (IDR) do BCP de Negativo para Estável e afirmou o *rating* de emitente de longo prazo (IDR) em "BB" e o *rating* de viabilidade (VR) em "bb".

Em **10 de novembro de 2021**, O Banco Comercial Português, S.A. fixou as condições de uma nova emissão de títulos representativos de dívida subordinada, realizada ao abrigo do seu *Euro Note Programme*, elegível como fundos próprios de nível 2. A emissão, no montante de 300 milhões de euros, terá um prazo máximo de 10,5 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco a qualquer momento nos seis meses seguintes ao final do 5º ano e uma taxa de juro de 4%, ao ano, durante os primeiros 5 anos e 6 meses (correspondente a um *spread* de 4,065% sobre a média das taxas *mid-swaps* de 5 e 6 anos). No final dos primeiros 5 anos e 6 meses a taxa de juro será refixada até à maturidade com base na taxa *mid-swaps* de 5 anos prevalecente nesse momento acrescida do *spread*. A operação foi colocada num conjunto muito diversificado de investidores institucionais europeus e insere-se na estratégia do Millennium bcp de contínua otimização da sua estrutura de capital, de reforço de fundos próprios e da sua base de passivos elegíveis para o cumprimento dos requisitos de MREL (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*) e de presença recorrente no mercado de capitais internacional.

Em **14 de dezembro de 2021**, o Banco Comercial Português, S.A. informou que foi notificado pelo Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional, acerca da determinação do seu requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis ("MREL" ou "*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*") conforme decisão do Conselho Único de Resolução. A estratégia de resolução aplicada continua a ser a de um ponto de entrada múltiplo ("MPE" ou "*Multiple Point of Entry*"), com três diferentes grupos de resolução do Grupo BCP (para além do grupo de resolução BCP, são considerados os grupos de resolução correspondentes (i) ao Bank Millennium, S.A. e suas subsidiárias e (ii) ao Banco Internacional de Moçambique, S.A. e suas subsidiárias). O requisito MREL a cumprir pelo BCP, em base consolidada (tendo como referência o grupo de resolução BCP que é constituído pelo Banco, pelo Banco ActivoBank, S.A. e por todas as subsidiárias do BCP, com a exceção do Bank Millennium, S.A. e do Banco Internacional de Moçambique e suas respetivas filiais), a partir de 1 de janeiro de 2024 é de:

- 23,79% do montante total das posições em risco ("TREA") (a que acresce ainda o requisito combinado de reservas de fundos próprios ("CBR" ou "*Combined Buffer Requirement*") de 3,5%, assim correspondendo a um requisito total de 27,29%); e
- 7,23% da medida de exposição total ("LRE").

Foi também estabelecida uma meta intermédia para 1 janeiro de 2022. A partir dessa data, o BCP deverá cumprir um requisito de:

- 18,17% do TREA (a que acresce ainda um requisito CBR de 3,25%, assim correspondendo a um requisito total de 21,42%); e
- 7,23% da LRE.

Não foi aplicado ao Banco qualquer requisito de subordinação. De acordo com a regulamentação em vigor, o requisito MREL deverá ser anualmente atualizado ou reconfirmado, pelo que estas metas substituem as anteriormente fixadas. O requisito de MREL agora comunicado para o grupo de resolução BCP acima descrito está em linha com o Plano Estratégico 2021-24 e é consistente com o seu plano de *fundraising* em curso, estando desde já assegurado, com base na informação existente à data, o cumprimento do respetivo requisito MREL estabelecido para 1 de janeiro de 2022, tanto em percentagem do TREA (incluindo também o CBR aplicável), como em percentagem da LRE, considerando as emissões dívida sénior preferencial e de dívida subordinada (*Tier 2*) efetuadas em 2021.

Em **29 de dezembro de 2021**, o BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. (banco de direito moçambicano em que o BCP detém, indiretamente, uma participação de 66,69%) formalizou a entrada em vigor de um acordo de longo prazo com a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., com vista a reforçar capacidades e a alargar a oferta de seguros no canal bancário (*bancassurance*) em Moçambique.

No âmbito desta parceria, cuja possibilidade se encontrava prevista no memorando de entendimento celebrado entre o BCP e o Grupo Fosun em novembro de 2016, o BIM e a Fidelidade formalizaram igualmente a alienação pelo BIM à Fidelidade de ações representativas de 70% do capital social e direitos de voto da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., mantendo o BIM aproximadamente 22% do respetivo capital social. O BIM e a Fidelidade acordaram ainda opções de compra e de venda com vista a que a Fidelidade possa vir a adquirir ações adicionais, podendo a participação do BIM, por efeito dessas opções, reduzir-se para 9,9% do capital da SIM.

No âmbito do acordo de distribuição exclusiva de longo prazo, o BIM promoverá a distribuição de seguros da SIM através do canal bancário, continuando a disponibilizar aos seus clientes um amplo leque de produtos seguradores competitivos, a qual sai reforçada pela parceria com um Grupo Segurador de referência, como é a Fidelidade.

O valor recebido pelo BIM pela venda de 70% da SIM é de 46,8 milhões de euros. Considerando este valor, a operação teve um impacto (positivo) nos resultados consolidados do BCP no exercício em curso, em base pró-forma a 30 de novembro de 2021 de aproximadamente 5,2 milhões de euros e um impacto positivo no rácio consolidado de CET1 e de capital total de 7 pontos base.

O Millennium bcp e o Fundo Europeu de Investimento assinaram dois contratos ao abrigo do Fundo de Garantia Pan-Europeu no montante de cerca de 1.200 milhões de euros, tendo como objetivo apoiar a recuperação das PME portuguesas afetadas pela crise económica causada pela pandemia COVID-19. Em outubro de 2021, o Millennium bcp e o FEI renovaram a parceria e passaram a disponibilizar apoio a PME portuguesas com mais 1.650 milhões de euros.

O Millennium bcp assinou dois protocolos, um com a Associação Industrial Portuguesa e o outro com a Confederação dos Agricultores de Portugal, nos quais reforça o seu compromisso de apoio ao tecido empresarial português, com apoios de 120 e 100 milhões de euros, respetivamente.

O Millennium bcp assinou um acordo com a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), no qual reforça o seu compromisso de apoio ao tecido empresarial português, com um apoio de 300 milhões de euros.

O Millennium bcp é o banco com a marca mais valiosa, segundo o estudo “Marcas Portuguesas mais Valiosas 2021” da Consultora OnStrategy.

Referência, no âmbito da estratégia de Sustentabilidade e das práticas de negócio responsável, criação de valor social e proximidade e parceria com as comunidades locais, para:

#Todos Juntos: Millennium bcp e outros nove bancos do sistema financeiro português juntaram-se, no quadro da Rede de Emergência Alimentar promovida pela ENTRAJUDA, numa iniciativa de solidariedade centrada no apoio alimentar às famílias mais desprotegidas e vulneráveis no contexto da crise pandémica provocada pela COVID-19 e que reuniu 2,043 milhões de euros.

O Millennium bcp e a Fundação Millennium bcp lançam ação “Millennium Solidário - Natal 2021”, que permitiu recolher mais de 1.500 artigos selecionados a favor das crianças apoiadas pela Associação ACREDITAR e atribuir um donativo de 20.000 euros à Unidade de Queimados do Hospital D. Estefânia.

Millennium Festival ao Largo, iniciativa anual que apresenta em palco no Largo de São Carlos, em Lisboa, respeitando as regras de segurança e de forma gratuita, uma diversidade de espetáculos com o melhor da música sinfónica, da ópera e do bailado.

A Fundação Millennium bcp inaugura a nova Galeria Millennium bcp localizada no Museu Nacional de Arte Contemporânea, no Chiado. Este novo espaço, que resulta de um protocolo de cooperação entre o Banco e o Museu, permitirá uma complementaridade expositiva entre a coleção de pintura do Millennium bcp e a coleção do MNAC.

A Fundação Millennium bcp reabre o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios (NARC). Este espaço, classificado como Monumento Nacional desde 2015, foi objeto de uma profunda renovação com o intuito de melhorar a experiência museológica dos seus visitantes, explorando os vestígios arqueológicos dos últimos 25 séculos da história de Lisboa.

O Millennium bcp, integrando um grupo de mais de 80 empresas portuguesas, assinou o Manifesto “Rumo à COP26” do BCSO Portugal (*Business Council for Sustainable Development*), reconhecendo a importância desta conferência para o diálogo global sobre a descarbonização dos modelos de desenvolvimento e para o cumprimento do Acordo de Paris sobre o clima.

Em 2021, toda a energia consumida pelo Millennium bcp em Portugal é 100% “verde”, num *mix* de energia produzida pela central fotovoltaica do TagusPark e de energia adquirida com certificado de origem renovável.

RECONHECIMENTO EXTERNO

O Millennium bcp foi distinguido com a “Escolha do Consumidor 2021”, destacando-se nos atributos: “Canais Digitais”, “Segurança”, “Informações Claras”, “Credibilidade da Marca”, “Capacidade de Resposta”, “Taxas Cobradas”, “Comunicação Simples e de Fácil Compreensão dos Produtos”, “Rapidez na Resposta” e “Bom Serviço Online”.

O Millennium bcp foi, pelo 3º ano consecutivo, o Banco com maior número de estatutos PME Líder atribuídos às PME.

O Millennium bcp foi nomeado, pelo quarto ano consecutivo, como o “Banco Principal das Empresas” em Portugal, de acordo com o estudo BFIN 2021 realizado pela DATA E, onde lidera com uma quota de 19,6% nas várias dimensões de empresas (Microempresas, PME e Grandes Empresas).

O BCP regressou em 2021 ao “The Sustainability Yearbook”, publicação de referência na área da Sustentabilidade agora editada pelo analista S&P com base na informação recolhida nas respostas das empresas ao “Dow Jones Sustainability Indices”.

O Millennium bcp integra, pelo 2º ano consecutivo, o Bloomberg *Gender-Equality Index* 2021, destacando-se na implementação de práticas e políticas de igualdade de género, diversidade e inclusão. Simultaneamente, o Banco aderiu também à *Women's Empowerment Principles* das Nações Unidas, uma plataforma internacional de promoção de igualdade de género.

Millennium bcp no ranking "Europe's Climate Leaders 2021" do Financial Times e Statista, integrando o grupo das empresas europeias que mais progressos fizeram na redução de emissões de GEE (gases com efeito de estufa).

O Millennium bcp foi distinguido pela revista Global Finance como "Best Investment Bank" em Portugal em 2021.

O Millennium bcp foi distinguido pela revista Global Finance como "Best Consumer Digital Bank" em Portugal em 2021.

Eleição como "Best Private Bank" em Portugal, pelas revistas The Banker e PWM, publicações do Grupo Financial Times especializadas em serviços financeiros.

O Millennium bcp foi eleito Banco "Escolha do Consumidor" em 2022 pelo segundo ano consecutivo. O Banco obteve o 1º lugar entre 8 das 10 categorias avaliadas neste estudo por consumidores independentes: Informações claras, Capacidade de resposta, Credibilidade da marca, Canais digitais fáceis de usar, Taxas cobradas, Comunicação simples e de fácil compreensão dos produtos, Rapidez na resposta e Bom serviço *online*.

O Millennium bcp foi distinguido nos Prémios de Comunicação Meios & Publicidade, tendo sido premiado com o filme "Vai Correr Bem", nas categorias "Banca, Finança e Seguros" e "Comunicação Interna" e com o Millennium Festival ao Largo 2020, na categoria "Eventos".

O Millennium bcp foi distinguido nos Prémios de Comunicação Eficácia 2021 pelas campanhas "Vai Correr Bem" e "É tempo de pôr a economia a andar, Vamos lá!".

O ActivoBank voltou a ser distinguido, pela quarta vez consecutiva, com o prémio "Escolha do Consumidor", na categoria "Banca Digital", com um *Score* de Satisfação de 85,57% e um *Score* de Recomendação de 91,80%.

O Grupo BCP foi eleito "Best Foreign Exchange Provider" em Portugal, Moçambique e Polónia em 2021.

O Bank Millennium foi classificado em terceiro no top 200 das melhores marcas polacas, de acordo com a revista Forbes.

O Bank Millennium em destaque no *ranking* do FT sobre diversidade - o Bank Millennium foi uma das 850 empresas escolhidas para o *ranking* "European Diversity Leaders 2022" do Financial Times, que apoiam e promovem a diversidade nas suas organizações.

O Bank Millennium foi distinguido pela consultora Bain & Company como um dos dez bancos europeus digitalmente mais avançados.

O Bank Millennium foi distinguido na categoria de "Melhor Performance" na Polónia, na edição de 2021 dos Prémios SRP European, a mais prestigiada competição no setor de produtos estruturados, organizada pela SRP Structured Retail Products.

O Bank Millennium foi o banco com melhor desempenho no *ranking* “Climate Leaders Poland 2021” (Líderes do Clima Polónia 2021) da revista Forbes, alcançando o segundo lugar entre as empresas polacas na lista relativa à redução de emissões de gases com efeito estufa.

O Bank Millennium foi distinguido como “Melhor Banco na Polónia” pela Global Finance.

O Bank Millennium foi distinguido pela revista Global Finance como “Best Consumer Digital Bank” na Polónia em 2021.

O Bank Millennium foi distinguido como o melhor crédito à habitação na Polónia no *ranking* do Golden Banker.

O Bank Millennium foi distinguido com o prémio CSR Golden Leaf, integrando um grupo restrito de instituições com pontuações máximas no que respeita a Responsabilidade Social Corporativa.

O Bank Millennium conquistou o segundo lugar no concurso “2021 Best Bank”, no grupo de pequenos e médios bancos comerciais, organizado pela “Gazeta Bankowa”.

O Millennium bim foi distinguido pela revista Global Finance como “Best Consumer Digital Bank” em Moçambique em 2021.

O Millennium bim foi eleito como “Best Bank” em Moçambique, pela revista The Banker do Grupo Financial Times.

O Millennium bim foi eleito como “Best Private Bank” em Moçambique, pela revista Global Finance.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que, após a forte recuperação que se observou em 2021, a taxa de crescimento do PIB global abrande em 2022, de 5,9% para 4,4%. Esta projeção tem associado um importante conjunto de riscos descendentes, que englobam a evolução da pandemia, os efeitos das disrupções nas cadeias de fornecimento globais e a possibilidade de uma maior restritividade da política monetária, induzida por subidas acentuadas da inflação.

Nos EUA, a recuperação muito marcada da atividade em 2021, a par com o aumento dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, desencadeou um processo de rápida subida dos níveis de inflação, o que impeliu a Reserva Federal a acelerar o processo de remoção das medidas de estímulo monetário no final do ano. Neste contexto de maior restritividade da política monetária, o FMI prevê que o PIB dos EUA apresente níveis de crescimento mais moderados em 2022 (4,0%). Na China, espera-se um abrandamento significativo da atividade (de 8,1% para 4,8%), penalizado pelas vulnerabilidades financeiras do setor imobiliário. Por sua vez, na área do euro, a retoma da atividade tem vindo a avançar mais moderadamente, o que tem contribuído para manter as pressões inflacionistas controladas, permitindo ao Banco Central Europeu progredir muito gradualmente no processo de redução do grau de acomodação da política monetária. Com efeito, as taxas de juro Euribor mantiveram-se relativamente estáveis no decurso do ano.

Nos mercados financeiros, o ano de 2021 foi marcado, por um lado, por valorizações expressivas dos principais índices acionistas mundiais, suportadas pela forte recuperação da atividade económica, e, por outro lado, pela subida das taxas de juro de longo prazo, que acompanharam a subida da inflação e as consequentes expectativas de remoção das medidas de estímulo monetário, nomeadamente nos EUA. Neste sentido, o dólar norte-americano

apreciou-se no conjunto do ano, em particular contra o euro. O enquadramento macroeconómico favorável e o ambiente de otimismo que predominou nos mercados beneficiou os *spreads* de crédito das economias desenvolvidas. Nos mercados emergentes, porém, o desempenho das várias classes de ativos afigurou-se menos positivo, num quadro de maiores dificuldades de controlo da pandemia e de fragilidades idiossincráticas.

Em Portugal, no quarto trimestre de 2021 o PIB cresceu 5,8%, em termos homólogos, o que representa uma aceleração face ao crescimento observado no período precedente. O desempenho da atividade reflete um forte dinamismo da procura doméstica, estimulada pelo aumento do consumo, que tem beneficiado da melhoria do mercado de trabalho e dos elevados níveis de poupança acumulada pelas famílias, a par com a retoma das exportações, designadamente no que respeita aos serviços. A tendência de recuperação da economia portuguesa deverá prosseguir em 2022, sustentada pelas perspetivas de que o consumo se mantenha dinâmico, bem como o investimento, que continuará a ser impulsionado pela execução do Plano de Recuperação e Resiliência, e pela retoma do turismo para níveis mais próximos dos verificados pré-pandemia, num quadro de maior controlo da COVID-19. Neste sentido, o Banco de Portugal prevê que o PIB português cresça 5,8% em 2022, após o crescimento de 4,9% observado em 2021. No que concerne à taxa de inflação registou-se uma subida anual em 2021, de -0,1% para 0,9%. Em 2022, o Banco de Portugal prevê que a taxa de inflação seja de 1,8%.

Na Polónia, a atividade acelerou no quarto trimestre, impulsionada pelo dinamismo do consumo, num quadro de melhoria do mercado de trabalho. No cômputo do ano, o crescimento do PIB situou-se em 5,7%. A forte expansão do PIB, a par com as pressões inflacionistas decorrentes da subida dos preços das matérias-primas e do incremento dos salários, tem vindo a refletir-se num aumento significativo da taxa de inflação que, em 2021, subiu para 5,2%. Neste entorno, o banco central reforçou no último trimestre de 2021 a restritividade da política monetária, ao elevar a taxa de juro de referência de 0,50% para 1,75%, o que contribuiu para a apreciação do zloti no último trimestre de 2021. Em 2022, as expetativas de manutenção do dinamismo da atividade, em conjunto com a subida dos salários, deverão contribuir para que o nível de preços persista elevado.

Em Moçambique, o ritmo de expansão do PIB acentuou-se no terceiro trimestre (de 2,0% para 3,4%, em termos homólogos), impulsionado pela indústria extrativa. No conjunto do ano, o FMI estima um crescimento de 2,5%, o que representa uma forte recuperação após a queda de 1,2% em 2020. Em 2022, a execução dos projetos de gás natural na bacia do Rovuma e a evolução favorável da procura global deverão contribuir para reforçar a trajetória do PIB. O ambiente de retoma da economia tem contribuído para a apreciação do metical, o que tem permitido manter os riscos inflacionistas relativamente controlados. Em Angola, a tendência de recuperação que a economia angolana tem vindo a delinear, após cinco anos consecutivos de queda, deverá acentuar-se em 2022, com o FMI a projetar um crescimento do PIB de 2,9%. Neste contexto, o kwanza tem vindo a apreciar-se.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

| | Consolidado | | | Atividade em Portugal | | | Atividade internacional | | |
|--|----------------|----------------|----------------|-----------------------|----------------|--------------|-------------------------|---------------|------------------|
| | dez. 21 | dez. 20 | Var. 21/20 | dez. 21 | dez. 20 | Var. 21/20 | dez. 21 | dez. 20 | Var. 21/20 |
| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | | | | | |
| Margem financeira | 1.588,6 | 1.531,7 | 3,7% | 831,3 | 805,4 | 3,2% | 757,3 | 726,3 | 4,3% |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 0,9 | 4,8 | -80,4% | 0,1 | 3,9 | -97,1% | 0,8 | 0,8 | -0,1% |
| Resultado de serviços e comissões | 727,7 | 676,6 | 7,6% | 514,3 | 481,5 | 6,8% | 213,4 | 195,0 | 9,4% |
| Resultados em operações financeiras | 86,5 | 140,6 | -38,5% | 75,6 | 61,5 | 22,9% | 11,0 | 79,2 | -86,1% |
| Outros proveitos de exploração líquidos | (126,3) | (164,6) | 23,3% | (66,1) | (72,9) | 9,4% | (60,3) | (91,7) | 34,3% |
| Resultados por equivalência patrimonial | 56,9 | 67,7 | -15,9% | 58,3 | 58,3 | 0,0% | (1,4) | 9,4 | -114,7% |
| Produto bancário | 2.334,4 | 2.256,7 | 3,4% | 1.413,6 | 1.337,7 | 5,7% | 920,8 | 918,9 | 0,2% |
| Custos com o pessoal | 654,3 | 624,8 | 4,7% | 436,2 | 395,6 | 10,3% | 218,0 | 229,2 | -4,9% |
| Outros gastos administrativos | 324,2 | 329,8 | -1,7% | 176,4 | 178,3 | -1,1% | 147,8 | 151,5 | -2,4% |
| Amortizações do exercício | 137,2 | 135,8 | 1,0% | 80,3 | 76,4 | 5,1% | 56,9 | 59,4 | -4,3% |
| Custos operacionais | 1.115,6 | 1.090,4 | 2,3% | 692,9 | 650,3 | 6,5% | 422,7 | 440,1 | -3,9% |
| Custos operacionais excluindo itens específicos | 1.024,9 | 1.043,9 | -1,8% | 602,2 | 618,7 | -2,7% | 422,7 | 425,2 | -0,6% |
| Resultados antes de imparidades e provisões | 1.218,8 | 1.166,3 | 4,5% | 720,7 | 687,4 | 4,8% | 498,1 | 478,9 | 4,0% |
| Imparidade do crédito (líquida de recuperações) | 348,9 | 509,9 | -31,6% | 273,3 | 354,0 | -22,8% | 75,6 | 155,9 | -51,5% |
| Outras imparidades e provisões | 712,2 | 331,5 | 114,8% | 165,4 | 118,8 | 39,2% | 546,8 | 212,7 | 157,1% |
| Resultado antes de impostos | 157,7 | 324,9 | -51,5% | 282,0 | 214,6 | 31,4% | (124,3) | 110,3 | <-200% |
| Impostos | 203,6 | 132,1 | 54,2% | 109,0 | 80,3 | 35,9% | 94,6 | 51,8 | 82,5% |
| Correntes | 81,4 | 108,5 | -25,0% | 11,1 | 12,5 | -11,0% | 70,2 | 96,0 | -26,9% |
| Diferidos | 122,3 | 23,6 | >200% | 97,9 | 67,8 | 44,5% | 24,3 | (44,2) | 155,1% |
| Resultado após impostos de operações em continuação | (45,9) | 192,8 | -123,8% | 173,0 | 134,3 | 28,8% | (218,9) | 58,5 | <-200% |
| Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação | 70,9 | 15,5 | >200% | - | - | - | 70,9 | 15,5 | >200% |
| Interesses que não controlam | (113,1) | 25,4 | <-200% | 0,2 | (0,1) | >200% | (113,3) | 25,5 | <-200% |
| Resultado líquido | 138,1 | 183,0 | -24,6% | 172,8 | 134,5 | 28,5% | (34,7) | 48,5 | -171,5% |
| INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE | | | | | | | | | |
| Ativo total | 92.905 | 85.715 | 8,4% | 67.216 | 61.212 | 9,8% | 25.689 | 24.503 | 4,8% |
| Recursos totais de clientes | 90.097 | 84.492 | 6,6% | 66.290 | 60.987 | 8,7% | 23.806 | 23.505 | 1,3% |
| Recursos de clientes de balanço | 71.175 | 64.764 | 9,9% | 49.319 | 44.658 | 10,4% | 21.856 | 20.106 | 8,7% |
| Depósitos e outros recursos de clientes | 69.560 | 63.259 | 10,0% | 47.712 | 43.221 | 10,4% | 21.848 | 20.038 | 9,0% |
| Débitos para com clientes titulados | 1.615 | 1.505 | 7,3% | 1.606 | 1.437 | 11,8% | 9 | 68 | -87,2% |
| Recursos de clientes fora de balanço | 18.922 | 19.728 | -4,1% | 16.972 | 16.329 | 3,9% | 1.950 | 3.399 | -42,6% |
| Ativos sob gestão | 5.773 | 6.135 | -5,9% | 4.629 | 3.711 | 24,8% | 1.143 | 2.424 | -52,8% |
| Ativos distribuídos | 6.486 | 5.416 | 19,8% | 6.076 | 4.878 | 24,6% | 410 | 538 | -23,8% |
| Seguros de poupança e de investimento | 6.663 | 8.177 | -18,5% | 6.267 | 7.740 | -19,0% | 397 | 437 | -9,3% |
| Crédito a clientes (bruto) | 58.231 | 56.048 | 3,9% | 39.866 | 38.473 | 3,6% | 18.365 | 17.575 | 4,5% |
| Particulares | 34.071 | 32.152 | 6,0% | 20.505 | 19.528 | 5,0% | 13.566 | 12.624 | 7,5% |
| Hipotecário | 28.072 | 26.363 | 6,5% | 18.394 | 17.462 | 5,3% | 9.678 | 8.901 | 8,7% |
| Pessoal | 5.999 | 5.789 | 3,6% | 2.111 | 2.065 | 2,2% | 3.888 | 3.723 | 4,4% |
| Empresas | 24.160 | 23.896 | 1,1% | 19.361 | 18.945 | 2,2% | 4.799 | 4.951 | -3,1% |
| QUALIDADE DO CRÉDITO | | | | | | | | | |
| Crédito vencido total | 1.080 | 1.420 | -24,0% | 605 | 933 | -35,1% | 475 | 488 | -2,7% |
| Crédito vencido há mais de 90 dias | 949 | 1.297 | -26,8% | 586 | 918 | -36,2% | 364 | 379 | -4,1% |
| Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes | 1,6% | 2,3% | | 1,5% | 2,4% | | 2,0% | 2,2% | |
| Imparidade do crédito (balanço) | 1.871 | 2.073 | -9,8% | 1.286 | 1.488 | -13,6% | 585 | 585 | -0,1% |
| Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes | 3,2% | 3,7% | | 3,2% | 3,9% | | 3,2% | 3,3% | |
| Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias | 197,0% | 159,8% | | 219,5% | 162,0% | | 160,8% | 154,4% | |
| <i>Stock de Non-Performing Exposures</i> | 2.752 | 3.295 | -16,5% | 1.878 | 2.363 | -20,5% | 874 | 932 | -6,2% |
| <i>Non-Performing Exposures / Crédito a clientes</i> | 4,7% | 5,9% | | 4,7% | 6,1% | | 4,8% | 5,3% | |
| Imparidade do crédito (balanço) / NPE | 68,0% | 62,9% | | 68,5% | 63,0% | | 66,9% | 62,8% | |
| Crédito reestruturado | 2.564 | 2.661 | -3,7% | 2.069 | 2.174 | -4,9% | 495 | 487 | 1,7% |
| Crédito reestruturado / Crédito a clientes | 4,4% | 4,7% | | 5,2% | 5,7% | | 2,7% | 2,8% | |
| Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.) | 60 | 92 | | 69 | 92 | | 41 | 91 | |

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

| | (Milhares de euros) | |
|---|---------------------|----------------------|
| | 2021 | 2020 (reexpresso) |
| Juros e proveitos equiparados | 1.709.124 | 1.805.760 |
| Juros e custos equiparados | (120.523) | (274.095) |
| MARGEM FINANCEIRA | 1.588.601 | 1.531.665 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 938 | 4.775 |
| Resultados de serviços e comissões | 727.723 | 676.556 |
| Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados | (247) | (17.336) |
| Ganhos / (perdas) cambiais | 17.494 | 88.319 |
| Resultados de contabilidade de cobertura | 4.286 | (2.322) |
| Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado | (3.717) | (28.081) |
| Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 68.722 | 100.063 |
| Outros proveitos / (custos) de exploração | (128.905) | (158.261) |
| TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS | 2.274.895 | 2.195.378 |
| Custos com o pessoal | 654.270 | 624.780 |
| Outros gastos administrativos | 324.172 | 329.823 |
| Amortizações | 137.156 | 135.800 |
| TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS | 1.115.598 | 1.090.403 |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES | 1.159.297 | 1.104.975 |
| Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado | (352.833) | (513.406) |
| Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | (4.626) | (10.360) |
| Imparidade de outros ativos | (60.882) | (79.290) |
| Outras provisões | (642.726) | (238.292) |
| RESULTADO OPERACIONAL | 98.230 | 263.627 |
| Resultados por equivalência patrimonial | 56.937 | 67.695 |
| Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos | 2.570 | (6.387) |
| RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS | 157.737 | 324.935 |
| Impostos | | |
| Correntes | (81.353) | (108.520) |
| Diferidos | (122.273) | (23.570) |
| RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO | (45.889) | 192.845 |
| Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação | 70.881 | 15.520 |
| RESULTADO APÓS IMPOSTOS | 24.992 | 208.365 |
| Resultado líquido do exercício atribuível a: | | |
| Acionistas do Banco | 138.082 | 183.012 |
| Interesses que não controlam | (113.090) | 25.353 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 24.992 | 208.365 |
| Resultado por ação (em euros) | | |
| Básico | 0,007 | 0,010 |
| Diluído | 0,007 | 0,010 |

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

| | (Milhares de euros) | |
|--|---------------------|----------------------|
| | 2021 | 2020 (reexpresso) |
| ATIVO | | |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais | 7.796.299 | 5.303.864 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 361.786 | 262.395 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | | |
| Aplicações em instituições de crédito | 453.213 | 1.015.087 |
| Crédito a clientes | 54.972.401 | 52.022.357 |
| Títulos de dívida | 8.205.196 | 6.234.545 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | | |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 931.485 | 1.031.201 |
| Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados | 990.938 | 1.315.467 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 12.890.988 | 12.140.392 |
| Derivados de cobertura | 109.059 | 91.249 |
| Investimentos em associadas | 462.338 | 434.959 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 780.514 | 1.026.481 |
| Propriedades de investimento | 2.870 | 7.909 |
| Outros ativos tangíveis | 600.721 | 640.825 |
| Goodwill e ativos intangíveis | 256.213 | 245.954 |
| Ativos por impostos correntes | 17.283 | 11.676 |
| Ativos por impostos diferidos | 2.688.216 | 2.633.790 |
| Outros ativos | 1.385.292 | 1.296.812 |
| TOTAL DO ATIVO | 92.904.812 | 85.714.963 |
| PASSIVO | | |
| Passivos financeiros ao custo amortizado | | |
| Recursos de instituições de crédito | 8.896.074 | 8.898.759 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 69.560.227 | 63.000.829 |
| Títulos de dívida não subordinada emitidos | 2.188.363 | 1.388.849 |
| Passivos subordinados | 1.394.780 | 1.405.172 |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 231.241 | 278.851 |
| Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados | 1.581.778 | 1.599.405 |
| Derivados de cobertura | 377.206 | 285.766 |
| Provisões | 458.744 | 345.341 |
| Passivos por impostos correntes | 20.427 | 14.827 |
| Passivos por impostos diferidos | 16.932 | 7.242 |
| Outros passivos | 1.116.983 | 1.103.652 |
| TOTAL DO PASSIVO | 85.842.755 | 78.328.693 |
| CAPITAIS PRÓPRIOS | | |
| Capital | 4.725.000 | 4.725.000 |
| Prémio de emissão | 16.471 | 16.471 |
| Outros instrumentos de capital | 400.000 | 400.000 |
| Reservas legais e estatutárias | 259.528 | 254.464 |
| Títulos próprios | - | (40) |
| Reservas e resultados acumulados | 580.304 | 642.397 |
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco | 138.082 | 183.012 |
| TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO | 6.119.385 | 6.221.304 |
| Interesses que não controlam | 942.672 | 1.164.966 |
| TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS | 7.062.057 | 7.386.270 |
| TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS | 92.904.812 | 85.714.963 |

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos – montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos – títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) – crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) – crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito *performing* – crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Crédito vencido – valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) – quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais – custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados – emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial – diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) – imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) – imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) – crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões – imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost to income) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito – recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional core (Core operating profit) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões – produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura, resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado e resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores de 2021 não foram objeto de auditoria.